

COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR, MEIO AMBIENTE E MINORIAS

PROPOSTA DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE Nº 34, DE 2000.

Propõe que a Comissão de Defesa do Consumidor, Meio Ambiente e Minorias fiscalize os procedimentos adotados pelo Poder Executivo para autorizar a liberação de plantas transgênicas no País.

Autor: Deputado FERNANDO FERRO e outros

Relator: Deputado RONALDO VASCONCELLOS

RELATÓRIO FINAL

SUMÁRIO

CONSIDERAÇÕES INICIAIS DO RELATOR

I — O PEDIDO

II — O RELATÓRIO PRÉVIO

III — PLANO DE EXECUÇÃO E METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO, INCLUSIVE ACRÉSCIMOS POSTERIORES

IV — AUDIÊNCIAS PÚBLICAS

V — REUNIÕES COM ENTIDADES E AUTORIDADES

VI — DILIGÊNCIAS

VII — DOCUMENTOS REQUISITADOS E INFORMAÇÕES SOLICITADAS

VIII — ASPECTOS SOLICITADOS E NÃO ATENDIDOS

IX — OS FATOS E SUA ARTICULAÇÃO

1 — A importação de milho OGM, em 2000

2 — A fiscalização dos ensaios e experimentos

3 — A implantação de Unidades Demonstrativas

4 — O tamanho das áreas dos ensaios e experimentos autorizados

5 — A elevação do Limite Máximo de Resíduos – LMR de glifosato em soja

6 — Os plantios comerciais ilegais

7 — A desregulamentação da soja RR

8 — A não regulamentação das multas

9 — A cassação dos Certificados de Qualidade em Biossegurança - CQBs da Monsanto

10 — As políticas de fiscalização do MAPA, da ANVISA e do MMA

11 — A falta de uma Política Nacional de Biossegurança

X — ALGUMAS SUGESTÕES

XI — VOTO DO RELATOR

COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR, MEIO AMBIENTE E MINORIAS

PROPOSTA DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE Nº 34, DE 2000.

Propõe que a Comissão de Defesa do Consumidor, Meio Ambiente e Minorias fiscalize os procedimentos adotados pelo Poder Executivo para autorizar a liberação de plantas transgênicas no País.

Autor: Deputado FERNANDO FERRO e outros

Relator: Deputado RONALDO VASCONCELLOS

RELATÓRIO FINAL

CONSIDERAÇÕES INICIAIS DO RELATOR

Ao apresentar este Relatório Final da PFC nº 34/2000, sinto-me na obrigação de tecer algumas considerações preliminares.

Inicialmente, dizer da grata satisfação de haver colaborado com esta Casa, em especial a CDCMAM, em tão relevante tema. A intensa polêmica que envolve o debate em torno dos produtos geneticamente modificados, a complexidade técnica, os interesses econômicos e a ampla gama de nuances políticas em jogo, se tornaram mais difícil o caminho percorrido, ensejaram a possibilidade de este Relator aprofundar-se num dos temas mais caros à sociedade moderna: a biotecnologia, os transgênicos e seus impactos sobre o ser humano e sobre a natureza. Professo minha crença no avanço tecnológico e na capacidade do ser humano de vencer a batalha pela sobrevivência e pela construção de sociedades mais justas e mais prósperas, de

forma ambientalmente sustentável. Creio fundamental que o Poder Executivo amplie programas de capacitação tecnológica no campo da biotecnologia e apoie, com recursos financeiros e por todas formas, as instituições de pesquisa que poderão enfrentar este desafio, dentre as quais destaco o Sistema de Pesquisa Agropecuária coordenado pela EMBRAPA.

Entendo que há muito o que fazer, ainda, em termos de fiscalização e aprofundamento da análise dos atos do Poder Executivo relativos à política dos produtos transgênicos. Creio, no entanto, ser necessário colocar, já, em discussão este Relatório, até mesmo para que se debata em torno de tudo que foi, até aqui, apurado. Tenho certeza de que não me foi possível atingir todos os objetivos colimados, todos os anseios da sociedade brasileira, em termos de uma avaliação sobre atos do Poder Executivo concernentes ao tema.

Todavia, tenham a certeza, os Senhores Deputados, os integrantes do Poder Executivo e os representantes da Sociedade Civil, que envidamos todos os esforços possíveis — o Relator e sua assessoria — na busca de informações e na análise dos fatos e atos, de forma a responder ao máximo às indagações que a sociedade coloca junto a esta Casa Legislativa. Tenho a convicção que cumpri, com este trabalho, uma das mais nobres funções desta Casa, qual seja a supervisão e fiscalização dos atos que, tomados pelo Poder Executivo, afetam a Sociedade que aqui representamos.

Outras ações de mesma natureza deverão ser empreendidas. Esperamos que esta, que hoje oferecemos à CDCMAM e à Câmara dos Deputados, seja um marco e um ponto de partida para o futuro aprofundamento do tema, ao qual o Parlamento não pode estar alheio.

Queremos manifestar nossos agradecimentos a todos que apoiaram este trabalho, destacando:

- a Deputada Ana Catarina, que na Presidência desta CDCMAM deu-nos apoio integral à realização de nossas atividades;
- o Deputado Fernando Ferro, batalhador pelas causas públicas, que teve a clarividência de propor esta PFC, juntamente com seus companheiros de partido;
- os expositores nas duas Audiências Públicas que realizamos e as autoridades e técnicos de órgãos públicos que contatamos, ao longo desta jornada, em Brasília, em Minas Gerais e no Rio Grande do Sul;
- os diretores e corpo técnico das empresas Monsanto e Syngenta e os agricultores a quem tivemos a oportunidade de visitar e com quem buscamos valiosas informações;
- as autoridades superiores dos Ministérios: do Meio Ambiente - MMA, na pessoa do Sr. José Carlos Carvalho, Secretário-Executivo (e atual Ministro); da Ciência e Tecnologia - MCT, na pessoa do Sr. Presidente da CTNBio, Dr. Éspér A. Cavalheiro

e do Dr. Reginaldo Minaré, assessor técnico daquela Comissão; da Saúde - MS, na pessoa do Dr. Ricardo Oliva, Diretor de Alimentos e Toxicologia.

Lamentavelmente, deixamos de agradecer às autoridades superiores do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA, tendo em vista que não houve, de sua parte, sensibilidade para o diálogo. As informações que nos foram prestadas, o foram pelo competente setor técnico do Ministério, em especial o Dr. Paulo Borges e mediante reiteradas solicitações e Requerimentos de Informações, atendidos somente após proposta a convocação do Sr. Ministro para prestar esclarecimentos nesta Comissão.

I – O PEDIDO

Esta Proposta de Fiscalização e Controle, de autoria do Deputado Fernando Ferro e outros, intenta fiscalizar atos do Executivo relativos à liberação de plantas transgênicas.

Justifica, o autor, que os organismos transgênicos representam um grave risco potencial para o meio ambiente e a saúde humana (...) e que o transgene é hereditário e vai estar presente na descendência de um organismo transgênico e que uma vez disperso no ambiente será muito difícil eliminar um transgene.

Aponta, ainda, o autor, que o tema é regulado pela Lei nº 8.974, de 5 de janeiro de 1995 que instituiu a CTNBio *criada para garantir a máxima segurança na criação, manipulação e liberação de OGMs, com base em critérios exclusivamente científicos e tendo em vista unicamente o interesse público.* O autor, entretanto, levanta suspeitas de que a CTNBio receba excessiva influência das empresas multinacionais do setor agroquímico. Aponta, ainda, a possível influência da Monsanto sobre a EMBRAPA e que o Governo, como um todo, não age com a devida cautela, no trato das questões dos transgênicos. Critica, ainda, o fato de que a CTNBio trave-se de propagandeadora dos transgênicos, o que ameaça a isenção no trato da matéria.

A PFC foi apresentada em 10/8/2000, sendo encaminhada a esta CDCMAM.

II – O RELATÓRIO PRÉVIO

Em 6/11/2000 a Comissão aprovou, por unanimidade, o Relatório Prévio, apresentado pelo relator, pela implementação da PFC, na forma do Plano de Execução.

III – PLANO DE EXECUÇÃO E METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO, INCLUSIVE ACRÉSCIMOS POSTERIORES.

O Plano de Execução constou de dois documentos: um plano original, submetido à Comissão, que apresentava as linhas gerais do que seria realizado na fase de implementação e outro, encaminhado à Exma. Presidenta da CDCMAM, em junho de 2001, no qual eram detalhadas as ações a serem empreendidas para o alcance dos objetivos pretendidos.

No decorrer da implementação, outras atividades foram incluídas, como decorrência natural do processo de incorporação de novas informações e demandas, o que é próprio e desejável em casos como este.

Em síntese, a metodologia de ação constituiu-se na realização de Audiências Públicas; visitas a empresas de pesquisa e produção de cultivares transgênicas; visitas às regiões produtoras (e reuniões com lideranças da área agrícola); entrevistas com titulares e com setores técnicos dos órgãos do Poder Executivo mais envolvidos com o tema; e diligências e requisição de documentos e de informações, junto a esses órgãos.

Do que foi previsto, não foi possível realizar duas atividades consideradas relevantes, quando do planejamento: a) Viagem a Pernambuco, para obtenção de informações complementares relativas à importação de milho OGM; e b) Audiência com o Sr. Ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, ou, por delegação deste, com seu Secretário Executivo, para encaminhamento das ações desta PFC naquele Ministério.

IV – AUDIÊNCIAS PÚBLICAS

Como parte da estratégia de implementação, foram realizadas duas Audiências Públicas, em 23/5/2001 e 21/6/2001, para ouvir e debater com entidades ligadas ao tema. As pessoas ouvidas estão relacionadas no quadro a seguir:

QUADRO 1 – Participantes nas Audiências Públicas

EXPOSITOR	INSTITUIÇÃO
Data: 23/5/2001	
VICENTE GOMES DA SILVA	Procurador Geral do IBAMA
ÉSPER ABRÃO CAVALHEIRO	Presidente da CTNBio e representante do Ministro da Ciência e Tecnologia
RUBENS NODARI	Professor da UFSC
ANDRÉA SALAZAR	Coordenadora da Campanha de Transgênicos do IDEC
MARIJANE VIEIRA LISBOA	Diretora Executiva do Greenpeace
Data: 21/6/2001	
BRÁULIO FERREIRA DE SOUZA DIAS	Diretor do Programa Nacional de Conservação da Biodiversidade e de Recursos Genéticos – representante do Ministério do Meio Ambiente
ÉSPER ABRÃO CAVALHEIRO	Secretário de Políticas e Programas de Ciência e Tecnologia – representante do Ministério da Ciência e Tecnologia
MARIA JOSÉ SAMPAIO	Pesquisadora. Representante da EMBRAPA
JOÃO BOSCO UMBELINO DOS SANTOS	Presidente da FAEG. Representante da Confederação Nacional da Agricultura
CARLOS AUGUSTO CAVALCANTI ALBUQUERQUE	Assessor da Presidência. Representante da Federação da Agricultura do Estado do Paraná.
GILMAN VIANA RODRIGUES	Presidente da Federação da Agricultura do Estado de Minas Gerais

V – REUNIÕES COM ENTIDADES E AUTORIDADES

Além das reuniões e contatos realizados nas viagens e diligências, foram realizadas reuniões e audiências com técnicos e autoridades, com o objetivo de ouvir os diferentes pontos de vista e de orientar as diligências que seriam feitas nos órgãos.

Assim, foram realizadas as seguintes audiências/reuniões:

a) Com as entidades da Campanha “Por Um Brasil Livre de Transgênicos” – 30/10/2001.

Dra. Marilena Lazzarini – Coordenadora do IDEC
Dra. Marijane Lisboa – Diretora Executiva do Greenpeace
Dra. Mariana Paoli – Coordenadora da Campanha de Engenharia Genética do Greenpeace
Dra. Flávia Londres – ASP-TA

b) Com autoridades do Poder Executivo:

b.1 No Ministério da Ciência e Tecnologia – 14/11/2001

Dr. Carlos Américo Pacheco – Secretário Executivo
Dr. Éspér Abrão Cavalheiro – Presidente da CTNBio
Dra. Cristina Possas – Secretária Executiva
Dr. Reginaldo Minaré – Assessor Técnico da CTNBio
Dr. Márcio Mazzaro – Assessor Jurídico do MCT

b.2 Na ANVISA – Agência Nacional de Vigilância Sanitária, do Ministério da Saúde — 27/11/2001:

Dr. Ricardo Oliva – Diretor de Alimentos e Toxicologia
Dr. Luiz Cláudio Meirelles — Gerente Geral de Toxicologia.
Dr. Cléber Ferreira — Gerente Geral de Alimentos.
Dr. Marcelo Azalin – Diretor-Adjunto de Alimentos e Toxicologia
Dr. Marcos Roberto Bertoso – técnico da DAT
Dr. Roeck Áureo Miranda de Souza – técnico da DAT

b.3 No Ministério do Meio Ambiente — 05/12/2001:

Dr. José Carlos Carvalho – Secretário-Executivo do Ministério
Dr. Bráulio Ferreira de Souza Dias – Diretor do Programa Nacional de Conservação da Biodiversidade.

c) Em duas viagens realizadas:

c.1 A Uberlândia – MG

Reunião com o corpo diretivo e grupo técnico da Monsanto (Unidade de Beneficiamento de Sementes e Unidade de Pesquisa em Biotecnologia) e da Syngenta (Unidade de Pesquisa em Biotecnologia).

c.2 Ao Rio Grande do Sul

Contatos, na Assembléia Legislativa, com deputados estaduais (Dep. Marcon e Dep. Elvino Bohn Gass) e com os Presidentes das Comissões de Agricultura, Pecuária e Cooperativismo; de Educação, Cultura, Desporto, Ciência e Tecnologia; e de Saúde e Meio Ambiente.

Em Porto Alegre: Entrevistas com o Secretário da Agricultura e técnicos da Secretaria; representantes do PROCON-RS; do MPA – Movimento dos Pequenos Agricultores; da FIERGS; da FECOAGRO; da Procuradoria Estadual do Meio Ambiente e da Delegacia do Ministério da Agricultura.

Em Cruz Alta: Reunião com representantes de agricultores, sindicatos rurais, universidade, EMATER e COOTRIMAIO.

Em Não-Me-Toque: reunião com o corpo dirigente e corpo técnico da Monsanto (Unidade de Beneficiamento de Sementes e Unidade de Pesquisa em Biotecnologia).

Em Passo Fundo: entrevistas com representantes do CREA-RS e do CETAP e reunião com a Chefia e técnicos da EMBRAPA-Trigo.

VI – DILIGÊNCIAS REALIZADAS

Foram realizadas, pelo Consultor Legislativo que assessora essa PFC, diligências com requisição de informações, nos seguintes órgãos:

a) MAPA – 22/8/2001— Reunião com o Dr. Paulo Borges, da SDA, responsável pelo setor de OGM e representante do MAPA na CTNBio.

b) CTNBio – 20/11/2001 – Reunião com a Dra. Cristina Possas – Secretária Executiva, Dr. Reginaldo Minaré – Assessor Técnico e Dra. Helena Behrens – Assessora da Área Vegetal.

— 07/12/2001, 05/3/2002 e 11/3/2002 — Leitura de documentos

c) ANVISA – 22/02/2002 — Leitura de documentos

VII - DOCUMENTOS REQUISITADOS E INFORMAÇÕES SOLICITADAS

Por ofícios da Sra. Presidenta da CDCMAM (TP nº 138/2001; 159/2001; 171/2001; e 235/2001), por Requerimentos de Informações apresentados pelo Relator (nº 4.112, de 19/02/2002 e nº 4.165, de 28/02/2002, ao MCT; e nº 4.123, de 20/2/2002, ao MAPA) e pessoalmente, como parte das diligências, foram requisitados documentos e informações que, resumidamente, referiam-se aos seguintes aspectos:

Do MAPA :

- a) Política e procedimentos de fiscalização de áreas experimentais.
- b) Política e procedimentos de fiscalização de lavouras clandestinas.
- c) Sobre a importação de milho transgênico, em 2000:
- d) Resultados das análises de 1370 amostras colhidas em inspeção de lavouras de soja, realizada no RS, em março de 2000.
- e) Cópias de autos de infração lavrados contra empresas e agricultores nos últimos cinco anos.
- f) Documentos referentes ao embargo de uma partida de milho pipoca, importado da Argentina.

Da CTNBio:

- a) Sobre a importação de milho argentino, em 2000: origem do pedido, datas e destinação das consultas realizadas, cópia dos pareceres e documentos científicos, embasamento legal para a autorização, processo interno de análise pela CTNBio e outras.
- b) Processo nº 01200.003162/97-11 e Processo sem número, que resultaram, respectivamente, na cassação do CQB da Monsanto do Brasil em Rondonópolis e do CQB da Sementes Monsanto Ltda..
- c) Número e base legal para autorização de “Unidades Demonstrativas”.
- d) Lista com as 10 maiores e as 10 menores áreas de ensaio autorizadas e situação da normatização relativa ao tamanho das parcelas de ensaios.
- e) Sobre a liberação da Soja RR: Cópia de estudos nacionais existentes à época; cópia do parecer contrário da área ambiental; informações sobre o plano de monitoramento pós-liberação; cópia da ata da reunião que deu origem ao Comunicado nº 54.
- f) Razões da não regulamentação, até o momento, do art. 12 da Lei 8.974 (que estabelece as multas pela infração à Lei) e situação da normatização em andamento.

- g) Cópia da Ata (Notas Taquigráficas) da 33ª Reunião da CTNBio, que decidiu pela liberação da soja RR
- h) Pareceres que fundamentaram a decisão da CTNBio, relativamente a estudo que apontou a existência de pares de DNA não previstos na soja RR.
- i) Pareceres que fundamentaram a decisão relativa a pesquisa de vacina para vírus HIV.

Da ANVISA:

- a) Política e procedimentos de fiscalização dos alimentos.
- b) Cópia da documentação relativa ao processo que elevou, em 1998, o nível tolerado de resíduos de glifosato, em soja, de 0,2 ppm para 2,0 ppm.

VIII – ASPECTOS SOLICITADOS E NÃO ATENDIDOS

- 1) MAPA - Laudos de análise de 1.370 amostras de soja, coletadas em caminhões de transporte da safra, no Rio Grande do Sul e analisadas no CENARGEN/EMBRAPA (Brasília)
- 2) MAPA - Planilhas que consolidam os dados de destino das cargas de milho OGM internalizadas mediante a autorização obtida no Comunicado nº 113, da CTNBio.
- 3) CTNBio – solicitações contidas no capítulo anterior, (letras g, h, i), em virtude do Requerimento de Informações estar em tramitação, entre a Câmara dos Deputados e o Ministério da Ciência e Tecnologia, pressupondo-se que as informações chegarão, oportunamente, a esta CDCMAM.

IX - OS FATOS E SUA ARTICULAÇÃO

A partir dos depoimentos nas Audiências Públicas e dos contatos realizados, bem como pelas informações que foram encaminhadas, diferentes meios, ao Relator, elegeram-se os seguintes aspectos como objeto desta fiscalização:

- 1 – A importação de milho OGM, em 2000
- 2 – A fiscalização dos ensaios e experimentos
- 3 – A implantação de Unidades Demonstrativas
- 4 – O tamanho excessivo das áreas experimentais
- 5 – A elevação do nível tolerável de resíduos de glifosato em soja
- 6 – A existência de plantios comerciais ilegais no Brasil
- 7 – A liberação da soja RR

- 8 – A não regulamentação das multas
- 9 – A cassação dos CQB's da Monsanto
- 10 – As políticas de fiscalização dos Ministérios

Do que nos foi dado observar, da análise dos depoimentos e das informações processadas, bem como da documentação obtida, discutem-se os vários aspectos enfocados nesta PFC, da seguinte forma:

1 — A importação de milho OGM, em 2000.

Os fatos: Em junho de 2000, sob a alegação da iminente falta de milho no mercado, com potenciais danos aos setores de produção de frango da Região Nordeste, o Ministério da Agricultura obteve, da CTNBio, autorização para que empresas importassem milho transgênico da Argentina e dos EUA (Comunicado nº 113, de 30/6/2000, assinado pela Presidente da CTNBio, Dra. Leila Macedo Oda). Foram importadas (para industrialização) 38.000 toneladas de milho para a Região Nordeste e 11.300 para o Rio Grande do Sul.

As denúncias e as informações e conclusões:

a) A solicitação não poderia ser apresentada pelo Ministério e, sim, pelas empresas interessadas — As empresas interessadas recusaram-se a pleitear a autorização da CTNBio, conforme oficiaram ao MAPA. Este, então, por sua conta (e sob o argumento de defesa dos setores agroindustrial) assumiu esse papel. Embora fruto de uma interpretação algo enviesada, entende-se válida a argumentação da CTNBio apresentada em resposta a questionamento deste Relator, acerca da validade da apresentação do pedido por parte do Ministério da Agricultura, em substituição às empresas. A base para tal seria o inciso VII do art. 7º da Lei 8.974, de 1995, na forma então vigente.

É de se lembrar, entretanto, que no Of. CTNBio 055/00, de 8/6/2000, dirigido ao Dr. Luiz Carlos de Oliveira, da SDA/MAPA (Anexo I), no decorrer das tratativas para a obtenção de autorização, a Comissão informava que *“...a análise do conteúdo das informações solicitadas junto aos Estados Unidos e Argentina, bem como a emissão de parecer técnico a respeito de importação de milho geneticamente modificado, poderá ser expedido pela CTNBio desde que seja constituído processo formal, mediante solicitação da instituição interessada protocolado na CTNBio ou através do pedido formal da instituição interessada encaminhado pelo Ministério da Agricultura à CTNBio.”* (grifo nosso). E, ainda, no Of. CTNBio 0056/00, de 13/6/2000, ao mesmo destinatário, (Anexo II), a Comissão informa que, para emitir o parecer técnico, *“....ratificamos a necessidade de constituição de processo formal, mediante solicitação da instituição interessada*

protocolado na CTNBio ou através do pedido formal da instituição interessada encaminhado pelo Ministério da Agricultura à CTNBio". Ou seja, a CTNBio entendia, de forma absoluta, que o pedido deveria ser apresentado pelo setor interessado, não pelo Ministério, porém decidiu em sentido contrário, posteriormente.

b) A CTNBio solicitou informações sobre o milho, à Argentina e aos EUA, antes do pleito do Ministério da Agricultura — Entende-se que a CTNBio poderia (e, mesmo, cumpriu adequadamente com sua obrigação, ao fazê-lo) haver solicitado informações sobre o milho OGM, antecipando-se ao pedido formal do Ministério. Não somente o inciso III do art. 2º do Decreto nº 1.752/95 a autorizava, como sua condição de órgão consultivo técnico, responsável pelo controle das atividades relacionadas à biossegurança recomendavam tal procedimento.

c) Seriam deficientes as informações sobre a segurança alimentar do milho, para a tomada de decisão da CTNBio — No processo a que este Relator teve acesso, há documentos resultantes da consulta da CTNBio ao Departamento de Agricultura dos EUA, relativos a 7 linhagens de milho (BT-176; Mon BT-810; T-25 Gene; Bt-11; Bt-cry 9C; GA-21; DBT-418). Estas monografias referem-se a avaliações agrônômicas e de eficiência nutricional do milho para alimentação de frangos e não há como comprovar que todas elas estariam em poder da CTNBio, quando da decisão de autorizar a importação de milho.

No que se refere a estudos sobre segurança alimentar percebe-se que, na troca de mensagens eletrônicas entre o Adido Agrícola da Embaixada Americana e o FDA (Anexo III), a CTNBio interessava-se por informações sobre todas as linhagens, mas priorizava três (BT-176; Mon BT-810; T-25 Gene). E, somente constam, no processo, documentos concernentes à segurança alimentar das três priorizadas. Tal informação é confirmada em fax manuscrito, enviado pelo FDA à CTNBio, apenas fazendo referência à existência de monografias de 3 linhagens.

Em síntese, pode-se afirmar, que a CTNBio autorizou a importação de 7 linhagens de milho (vide Quadro abaixo, informado pela Comissão) embora tivesse em mãos documentos que atestavam a segurança alimentar (enviados pelo FDA americano) de apenas 3 linhagens (176; MON810; e T-25).

Quadro 2 – Linhagens de Milho OGM cuja importação foi autorizada pela CTNBio

LINHAGEM	GENE INSERIDO	Págs. do Processo
176	Cry 1 AB	23 a 40
Bt 11	Pat/bar	54 a 68

MON 810	Cry 1 ^A B	81 a 98
Bt cry 9C	Cry 9C	114 a 138
GA 21	Mepsps	175 a 188
DBT 418	Cry 1 ^A C	247 a 263
T-25	Pat/bar	289 a 287

Assim, tudo indica que a CTNBio, ao autorizar a importação de milho, embora escudada no fato de que estas variedades já são, de um modo geral, consumidas em larga escala em outros países, não levou em conta a adequada observância de normas de precaução e, mesmo, não possuía os elementos científicos capazes de embasar adequadamente a decisão, priorizando o interesse econômico e vergando-se à pressão do Ministério da Agricultura. O açodamento (caracterizado como urgência) da decisão, aparentemente, induziu a Comissão a não atender a princípios básicos da precaução e a autorizar medidas que, potencialmente, poderiam se revelar prejudiciais à sociedade brasileira.

Adicionalmente, registre-se que tudo indica — pela ausência de pareceres — que não foram ouvidas as Comissões Setoriais Específicas, o que contraria a praxe da CTNBio.

d) Faltara autorização dos Ministérios da Saúde e do Meio Ambiente, para a importação — A Lei de Biossegurança estabelece, no art. 7º, Inciso V e no art. 8º, § 1º (grifos nossos):

Art. 7º Caberá, dentre outras atribuições, aos órgãos de fiscalização do Ministério da Saúde, do Ministério da Agricultura, do Abastecimento e da Reforma Agrária e do Ministério do Meio Ambiente e da Amazônia Legal, dentro do campo de suas competências, observado o parecer técnico conclusivo da CTNBio e os mecanismos estabelecidos na regulamentação desta Lei:

.....

V - a emissão de autorização para a entrada no País de qualquer produto contendo OGM ou derivado de OGM;

Art. 8º É vedado, nas atividades relacionadas a OGM:

.....

§ 1º Os produtos contendo OGM, destinados à comercialização ou industrialização, provenientes de outros países, só poderão ser introduzidos no Brasil após o parecer prévio conclusivo da CTNBio e a autorização do

órgão de fiscalização competente, levando-se em consideração pareceres técnicos de outros países, quando disponíveis.

Por esses dispositivos, interpreta-se, claramente, que tanto o Ministério da Saúde como o Ministério do Meio Ambiente, deveriam haver emitido autorização para concretizar-se a importação de milho transgênico no País. Ressalta-se que o milho seria internalizado em sua forma viável — grãos que poderiam gerar novas plantas e, portanto, com riscos potenciais ao meio ambiente — e eram destinados à transformação em ração — que alimentaria frangos a serem consumidos pela população. Nada mais lógico que os órgãos de fiscalização daqueles Ministérios cumprissem sua atribuição legal, na forma dos citados dispositivos.

Não foi o que ocorreu, entretanto. Tanto o Comunicado emitido pela Dra. Leila Oda não estabelece a necessidade de autorização ou licenciamento dos dois Ministérios, como sugere que, exclusivamente, o Ministério da Agricultura seria competente para autorizar a importação, o que, ao fim, tornou-se realidade. Por essa forma, o milho OGM foi internalizado em território brasileiro na ausência das autorizações dos Ministérios da Saúde e do Meio Ambiente, previstas na Lei nº 8.974.

e) As normas de descarte do milho estariam em desacordo com a característica do produto — Em realidade, a CTNBio cometeu um duplo erro, neste caso. O item 5 do Parecer Técnico (Comunicado nº 113) estabelece que “o descarte do grão de milho geneticamente modificado deverá ser efetivado como estabelecido pela Instrução Normativa nº 17”. Ocorre que esta IN refere-se, exclusivamente, a produtos **derivados** de OGM e não a OGM (que é, no caso, o grão de milho). Questionada pelo Relator, a CTNBio informou que a autorização previa que o descarte do grão “só poderia ser realizado conforme o disposto na IN nº 17, ou seja, o material só poderia ser descartado após sua transformação em derivado”. Incorre em erro e se contradiz, a Comissão.

Não apenas o Parecer não obriga o descarte somente após a transformação do milho em ração (e é possível supor que, por qualquer razão, parte do lote não pudesse ser transformado em ração), como há um erro técnico no item 5 do Comunicado 113, na medida em que a IN 17 não pode ser aplicada sobre “grão de milho”.

E mais. No já citado Of. CTNBio 0056/00, (Anexo II) a própria Comissão informara, explicitamente, que “...a IN nº 17/98 regulamenta atividades de produtos **derivados** (grifo da CTNBio) de OGM, conforme definição constante na mesma, transcrita a seguir: ‘...produtos obtidos de um organismos geneticamente

modificado, que não possuam capacidade autônoma de replicação ou que não contenham formas viáveis de OGM'. Sendo assim, de acordo com as informações de que dispomos sobre o material a ser importado da Argentina, ou seja, grãos de milho geneticamente viáveis, a referida IN não pode ser aplicada a este caso."

No entanto, a mesma CTNBio decidiu de forma contrária a esse posicionamento, liberando a importação.

Resulta, ao final, que, a nosso ver, a CTNBio não normatizou, adequadamente, o descarte do milho transgênico importado, incorrendo em significativa falha, na medida em que as empresas transportadoras e manipuladoras da carga não se sentiriam obrigadas a seguir normas específicas de descarte. O potencial de risco ambiental, decorrente desta irresponsabilidade, neste caso, é patente e preocupante.

f) A CTNBio teria se fundamentado, também, em Portaria da SVS não pertinente ao caso — Dentre outros considerandos, relativos à ausência de alergenicidade e toxicidade dos milhos cuja importação autorizava, no preâmbulo de seu Parecer Técnico, a CTNBio informava que *"Adicionalmente, a Portaria 134, de junho de 1995, da SVS, do Ministério da Saúde, que dispõe sobre a Monografia B-01 Bacillus thuringiensis como inseticida biológico de Classe IV para uso agropecuário em diferentes culturas, incluindo o milho, classificando-o sem restrições, para limite máximo de resíduos e intervalo de segurança, para formulações contendo concentração máxima de B. thuringiensis de 1.200 unidades tóxicas internacionais/mg"*. Há, aqui, uma evidente redação truncada, nada se podendo interpretar ou compreender do porquê de haver sido invocada a Portaria nº 134, do Ministério da Saúde, neste caso.

Ademais — e mais importante — referida Portaria refere-se à utilização do inseticida biológico Bt, aplicado por aspersão sobre as plantas, não havendo correspondência entre as análises (seja de resíduos ou outras) desse produto e as decorrentes da presença do DNA alterado com o Bt na planta ou no grão de milho. Atenua tal equívoco, o fato de o argumento haver sido colocado na forma de "Adicionalmente", dando, portanto, um caráter meramente complementar ao argumento principal. Não exime, entretanto, que se estranhe sua inserção no Comunicado, deixando transparecer que foi utilizado como uma forma de elevar os argumentos em favor da decisão final, sem comprometimento, no entanto, com a racionalidade e com a precisão científica.

g) Não teria havido adequado monitoramento da internalização do milho, relativamente ao transporte, ao desembarque e à industrialização — Os itens

(2), (3) e (7) do Comunicado nº 113 estabelecem normas detalhadas relativas ao descarregamento, transporte, armazenamento, processamento e descarte do milho, atribuindo responsabilidades e estabelecendo proibições.

Todavia, tanto as empresas de transporte como as de manipulação das cargas, bem como, principalmente, as processadoras finais do grão não possuíam CQB, o que, de plano, contrariaria os preceitos básicos da biossegurança, estabelecidos pelo Poder Executivo e as próprias determinações da CTNBio. O Decreto nº 1.752, de 20/12/95, que regulamenta a Lei de Biossegurança, estabelece, em seu Capítulo V – *Das Normas da CTNBio e do Certificado de Qualidade em Biossegurança*, nos art. 7º e 8º (grifos nossos):

*Art. 7º As normas e disposições relativas às atividades e projetos relacionados a OGM e derivados, a serem expedidas pela CTNBio, abrangerão a construção, cultivo, manipulação, **uso, transporte, armazenamento, comercialização**, consumo, liberação e descarte dos mesmos, com vistas especialmente à segurança do material e à proteção dos seres vivos e do meio ambiente.*

*Art. 8º O Certificado de Qualidade em Biossegurança - CQB, a que se refere o § 3º do art. 2º da Lei nº 8.974, de 1995, **é necessário** às entidades nacionais, estrangeiras ou internacionais, para que possam desenvolver atividades relativas a OGM e derivados, devendo ser requerido pelo proponente e emitido pela CTNBio.*

*§ 1º Incluem-se entre as entidades a que se refere este artigo as que se dedicam ao ensino, à pesquisa científica, ao desenvolvimento tecnológico e à **prestação de serviços** que envolvam OGM e derivados, no território nacional.*

E mais. No já citado Ofício CTNBio 055/00 (Anexo I), dirigido ao MAPA antes da autorização, a Comissão informava que o pedido de importação deveria ser “*consubstanciado com as seguintes informações*”:

“.....

e) Certificado de Qualidade em Biossegurança – CQB, conforme Capítulo V do Decreto nº 1.752/95.”

Assim, a despeito do circunstanciado Comunicado nº 113, poder-se-ia apontar mais uma falha da CTNBio no processo de autorização de importação: a inexistência de CQB das empresas transportadoras e processadoras do milho, contrariando as disposições do Decreto nº 1.752 e as normas da própria Comissão.

De outra parte, nos termos da legislação, caberia ao órgão de fiscalização, no caso o MAPA, o controle e o monitoramento da carga, em todo o processo, até sua transformação final em ração.

Inquirido por este Relator sobre seus procedimentos, o MAPA informa que “prestou orientação às DFAs, unidades de portos e postos de fronteiras” apontando a necessidade de serem observadas as instruções de Manual de Procedimentos de Vigilância, bem como encaminhou informações complementares. Informa que, a partir destas orientações iniciais, cada Delegacia montara esquema próprio de ação e monitoramento para cada operação de importação. A análise da documentação encaminhada demonstra que foram tomadas as devidas providências para orientação às unidades de fiscalização do MAPA, como Termos de Responsabilidade assinados pelos importadores ou pelas empresas processadoras do milho, relativamente às várias fases do processo do produto e seu descarte ou utilização final.

Assim, pode-se pressupor que as normas de monitoramento do desembarque e destinação geográfica (e das indústrias destinatárias) hajam sido formuladas a contento. A farta e detalhada documentação que nos foi encaminhada permite concluir deste modo.

No entanto, não bastam normas adequadas e Termos de Compromisso assinados. As relevantes questões envolvidas na importação de milho transgênico, mereceriam, da parte do Ministério da Agricultura, um cuidado maior ainda, do que aquele que foi implantado. Desnecessário detalhar as razões para tal preocupação: ambientais — tratava-se de produto OGM em grão, viável, de espécie não liberada para plantio de cultivares transgênicas no País e cujo escape e eventual germinação em solo nacional poderia representar risco ambiental, agrônomo e econômico; e de saúde humana — não há evidências de que o produto consumido *in natura* seja inócuo para o ser humano. E havia um longo caminho a percorrer, no transporte por inúmeras regiões geográficas e com diferentes agentes envolvidos, não se podendo descartar o risco de parte da carga não ser transformada em ração e ser desviada para consumo humano.

Solicitamos, ao MAPA, informações sobre o destino final dos lotes de milho importado. Julgávamos que, em sua ação fiscalizadora, o Ministério teria, em mãos, planilha com o destino de cada lote (empresa destinatária) e laudo de fiscalização de que a quantidade de milho transgênico a ela destinada teria sido inteiramente processada. Não obtivemos resposta, exceto a informação de que *“dados detalhados foram solicitados, via fax, às Delegacias deste Ministério e serão remetidos oportunamente a essa Comissão”*. Assim, pode-se presumir que o MAPA

não deu a devida importância ao acompanhamento total da carga de milho importado. Não se pode ter a certeza de que a totalidade da carga de milho transgênico internalizado haja sido processada e transformada em ração.

Creemos que, caberia, no caso, um controle maior, mais responsável, capaz de assegurar, à sociedade brasileira, que o milho transgênico, importado sob autorização expressa da CTNBio para o fim **exclusivo** de transformação em ração, tenha tido este fim. Seria o mínimo de segurança que o MAPA poderia oferecer à sociedade, num assunto que se tornou polêmico e controverso.

Resumidamente, podem-se apontar as seguintes falhas dos órgãos do Poder Executivo, relativamente à importação de milho transgênico em 2000:

- a) A formalização da solicitação contrariou a praxe e as próprias determinações da CTNBio, ao não ser apresentada pelas empresas interessadas e, sim, pelo Ministério da Agricultura.
- b) A decisão foi açodada, sem embasamento em pareceres científicos acerca da segurança alimentar de todas as linhagens de milho autorizadas, e na ausência de estudos nacionais.
- c) A autorização não exigiu a posse de CQB pelas empresas autorizadas a manipular e transportar ou a processar o milho, contrariamente às determinações do Decreto nº 1.752 e normas da própria CTNBio, o que caracteriza grave irregularidade.
- d) A importação foi realizada mediante o Parecer da CTNBio e a autorização do Ministério da Agricultura, sem pareceres dos Ministérios da Saúde e do Meio Ambiente, em desacordo com o que estabelece a Lei 8.974, de 1995.
- e) Não houve, pela CTNBio, a adequada e necessária normatização relativa ao descarte do milho, considerando-se a forma geneticamente viável (em grãos) com que entrou no País.
- f) Não houve adequado monitoramento das cargas, pelo MAPA, não se podendo assegurar que todo o milho importado haja sido transformado em ração, como estabelecia o Comunicado nº 113, do que pode haver resultado a disseminação do milho no meio ambiente.

2 - A fiscalização dos ensaios e experimentos

Os fatos: Desde sua implantação, a CTNBio autorizou cerca de 1000 liberações controladas de produtos transgênicos, em contenção ou no meio ambiente, considerando-se os ensaios, pesquisas, lavouras demonstrativas e outras formas.

A Lei nº 8.974, em seu art. 7º, estabelece que, dentre outras atribuições, caberá aos Ministérios, no campo de suas competências, observado o parecer técnico conclusivo da CTNBio, *“a fiscalização e a monitorização de todas as atividades e projetos relacionados a OGM do Grupo II;”*

Por sua vez, o parágrafo único do art. 12 do Decreto nº 1.752, de 1995, estabelece:

“Art. 12.

Parágrafo único. As atividades relacionadas a pesquisa e desenvolvimento com OGM e derivados terão os mecanismos de fiscalização definidos pela CTNBio.”

Análise e conclusões: A disposição legal pressupõe que o MAPA, por exemplo, estruture um processo de registro, controle e fiscalização dos ensaios implantados no País, de forma a poder supervisioná-los adequadamente. Entretanto, ao longo das investigações realizadas, não foi possível identificar mecanismos que possibilitassem um adequado controle sobre o total de ensaios liberados, mesmo daqueles localizados nas estações experimentais das empresas e dos órgãos públicos. Para além disso, grande número deles tiveram sua instalação autorizada em propriedades de agricultores.

Apenas em janeiro de 1999, mediante a IN nº 2/1999, de 20/01/99, da Secretaria de Defesa Agropecuária, do MAPA, a qual *“aprova modelos de Termos de Fiscalização e Auto de Infração para estabelecimentos que operam com organismos geneticamente modificados”*, foi regulamentada esta atividade. Conquanto seja meritória e alvissareira a iniciativa do MAPA, é necessário registrar que, durante 3 anos (96, 97 e 98) a CTNBio autorizou ensaios (inclusive todos os que resultaram na liberação da soja RR) sem que houvesse norma de fiscalização dos experimentos, para o adequado exercício desta atividade pelo órgão competente.

Para ilustrar, informa-se que, apenas pelo Comunicado nº 60, de 6/11/98, a CTNBio autorizara a Cargill Agrícola S.A, a implantar 16 ensaios (cada um com 4 cultivares de milho) em propriedades rurais de 6 estados (SC, PR, MG, SP, MT e RS), mais 36 ensaios (com 6 cultivares de milho em cada), também em propriedades particulares de 9 estados (RS, SC, PR, SP, MS, MT, MG, GO e BA). Considerando o número total de ensaios autorizados (para esta e para as várias

empresas), a dispersão física das propriedades em tão grande território e confrontando-se com a sabidamente deficiente estrutura de fiscalização do MAPA, pode-se inferir, com absoluta segurança, que o Ministério não apresenta condições de adequado acompanhamento dos ensaios autorizados, situação que pode ser atribuída ao descompasso existente entre o número de autorizações da CTNBio e a estrutura de fiscalização dos Ministérios.

Ilustra este fato, também, o Termo de Fiscalização de 06/5/99, emitido pelo Eng. Agr. Heli José Maia, da MAPA/DFA de Uberaba, relativo a ato de fiscalização de ensaio de milho transgênico na Fazenda Três Curingas que apresenta a seguinte observação: *“Encontrei 2 experimentos de soja transgênica dos quais eu não havia sido informado. Os administradores disseram ser da Monsoy”*

Nossa análise é corroborada por artigo (*Diagnóstico da Fiscalização dos Transgênicos no Brasil – Dez/2000 – Usina das Letras*) de autoria de Paccelli José Zahler, da Secretaria de Defesa Agropecuária do MAPA e ex-representante do Ministério na CTNBio, no qual são apontadas as deficiências da fiscalização no campo dos produtos transgênicos, e do qual extraímos a seguinte passagem:

“Os problemas

Os problemas enfrentados pela fiscalização federal agropecuária dos transgênicos podem ser divididos em três tipos: pessoal, operacionais e legislativos.

1) Problemas de pessoal - falta de técnicos em número suficiente para realizar as fiscalizações;

- falta de treinamento em biossegurança;*
- falta de uma Comissão de Biossegurança no Ministério da Agricultura cujas decisões sejam aprovadas pelo Gabinete do Ministro e encaminhadas aos representantes do MA na CTNBio de modo que as posições defendidas sejam posições institucionais o que facilitaria a integração com a fiscalização federal agropecuária nas DFA;*

2) Problemas operacionais

- falta de um manual de procedimentos de fiscalização de transgênicos;*
- desconhecimento do conteúdo dos processos submetidos à CTNBio/MCT, o que dificulta a localização dos campos experimentais;*
- falta de recursos financeiros para a intensificação das fiscalizações;*
- falta de métodos de amostragem e de kits para a detecção das modificações genéticas;*
- falta de laboratórios credenciados para a análise de transgênicos;*
- falta de um Plano Operativo específico nas áreas de defesa e produção das DFA destinado ao cumprimento da legislação de biossegurança;*
- falta de informação*
- inexistência de encontros e reuniões entre membros da CTNBio e o corpo técnico das DFA;*
- falta de recursos financeiros para o pagamento de análises;*

3) Problemas legislativos

- falta de Instrução Normativa regulamentando a importação de transgênicos destinados ao consumo humano e animal;
- falta de instâncias de julgamento e de valores de multa para as infrações cometidas com transgênicos;
- dificuldade no cumprimento das decisões da CTNBio/MCT como, por exemplo, o Comunicado nº 113, de 03/07/2000, sobre milho transgênico;
- falta de clareza em alguns pontos da legislação de biossegurança, dificultando a classificação dos organismos geneticamente modificados quanto ao grupo de risco ao qual pertencem;

Reconhecemos que algumas das deficiências apontadas naquele momento estão, hoje, sanadas. Outras, todavia, permanecem sem solução.

Houve, mesmo, um momento em que o representante do MAPA na CTNBio solicitou que não houvesse mais liberações de ensaios, alertando para o grave descompasso existente entre o número de ensaios autorizados pela Comissão (e o ritmo de novas autorizações) e a estrutura de fiscalização do Ministério responsável.

O próprio representante atual do MAPA na CTNBio reconhece esta deficiência, como ilustrado na Gazeta Mercantil de 25/9/2000:

“Fiscalização de lavouras transgênicas é precária:

O governo não sabe o que se passa em boa parte dos experimentos com transgênicos do Brasil. Apenas 40% das lavouras experimentais de plantas transgênicas estão sendo fiscalizadas e monitoradas este ano pelos agrônomos do Ministério da Agricultura, admite Paulo Borges, representante da pasta na Comissão Técnica Nacional de Biossegurança (CTNBio).”

Da mesma forma, e no mesmo sentido, o Dr. Bráulio Dias, da MMA, assim declarou na Audiência Pública do dia 21/6/2001:

“Posso generalizar e dizer que existem deficiências em todos os órgãos de fiscalização, tanto em quantidade quanto em qualidade. Há necessidade de maior capacitação de recursos humanos nessa área, uma área muito especializada, muito difícil. Não se consegue, no campo, distinguir o que é e o que não é transgênico. Isso exige alta tecnologia; é uma tarefa difícil. Já tem havido alguns esforços de capacitação, mas o Ministério do Meio Ambiente reconhece a necessidade de ser feito um esforço, para capacitar mais técnicos nessa área, reforçar as equipes com técnicos de melhor qualificação e em número suficiente.”

Novos procedimentos parecem haver sido incorporados pela CTNBio, recentemente, talvez fruto da maior ação fiscalizadora do Congresso Nacional e das organizações da Sociedade Civil. Os ensaios liberados em fevereiro de 2001 (Comunicado nº 135, de 21/2/2001) embora em grande número (50, no total, sendo 43 de milho, 4 de soja, 2 de cana e 1 de mamão), serão todos

implantados em Estações Experimentais das empresas, sob a supervisão direta de seus profissionais. Ainda assim, não prescindem da fiscalização estatal.

A despeito da evidente competência técnica dos quadros das empresas e dos cuidados que dedicam, internamente, no âmbito de suas CIBios, à implantação e ao monitoramento dos ensaios, não há como dispensar-se a presença do Estado — no caso representado pelo MAPA e pelo MMA — na supervisão e acompanhamento dessas atividades, com vistas a assegurar seu bom andamento e prevenir problemas de ordem ambiental, decorrentes de escapes e outras formas de manipulação inadequada das cultivares transgênicas.

A omissão dos órgãos públicos — ou sua deficiente atuação — pode haver colaborado para vazamentos e descuidos que, eventualmente, ensejaram escapes, desvios de sementes e, em decorrência, lavouras transgênicas não desejadas, ainda, no País.

Tal preocupação torna-se ampliada, quando se constata o grande número de ensaios autorizados com milho, o qual, diferentemente da soja, possui polinização cruzada e possui inúmeros parentes silvestres e uma grande variabilidade genética presente nas variedades indígenas, “crioulas” e em parentes silvestres. O escape de genes ainda em estudo representa sério risco ambiental e agrônomo, restando essencial que o Poder Público exerça, de forma plena, sua missão fiscalizadora.

3 — A implantação de Unidades Demonstrativas

Os fatos: Em diferentes momentos, a CTNBio autorizou a implantação de lavouras demonstrativas de cultivares transgênicas, em estações experimentais, em propriedades particulares e em feiras e exposições agropecuárias. Segundo os registros oficiais, o objetivo destes plantios era “*mostrar aos produtores a nova tecnologia*”. Algumas dessas autorizações estão expressas nos Comunicados nº 34, de 26/3/98; nº 38, de 29/4/98; nº 50, de 28/8/98; nº 60, de 6/11/98; nº 64, de 2/12/98; nº 71, de 30/12/98; e nº 75, de 9/2/99. Por eles, a CTNBio autorizara a implantação de 18 lavouras demonstrativas de milho e 1 de soja em 7 estados (RS, PR, SP, MG, GO, DF e MS), aqui registrados como exemplo. De acordo com estudo elaborado em 1999, pela Consultoria Legislativa da Câmara dos Deputados (intitulado “Produtos Transgênicos na Agricultura”) a *home-page* da CTNBio do dia 18/3/99 registrava a concessão, até aquela data, de autorização para implantação de 432 lavouras demonstrativas de milho.

Em resposta da CTNBio a questionamento nosso, a última autorização de lavoura demonstrativa foi feita em fevereiro de 1999 (Comunicado nº 75). Desde aquela data, a CTNBio não emitira mais autorizações desta natureza.

Análise dos fatos: Esta talvez haja sido uma das mais deletérias decisões tomadas pela CTNBio, em sua existência.

Caberia, de pronto, um questionamento fundado em aspectos de ordem jurídica: em que disposições legais encontrou, a CTNBio, amparo para autorizar a implantação de “Unidades Demonstrativas”? Questionada, a Comissão informa, em 2001, (Anexo IV) haver amparado suas decisões no art. 2º do Decreto nº 1.752, de 1995, no qual consta o inciso X que dispõe ser de competência da CTNBio, emitir parecer técnico conclusivo sobre qualquer liberação de OGM no meio ambiente. Invoca, também, o art. 2º da Lei 8.974, que estabelecia as condições para o desenvolvimento de atividades e projetos que envolvam OGM. Alega, ainda, a CTNBio que não há dúvidas quanto a sua competência para emitir parecer sobre qualquer liberação de OGM no meio ambiente e que o objetivo das lavouras era *“mostrar a nova tecnologia aos produtores e prestar informações sobre biotecnologia ao público presente nos eventos”* e que tal objetivo *“vai ao encontro do disposto no art. 218 da Constituição Federal, que assegura que o Estado **promoverá** e incentivará o desenvolvimento científico, a pesquisa e a capacitação tecnológicas”* (Grifo da CTNBio).

Informa, ainda, que a CTNBio sempre observou, para emitir as autorizações, as exigências legais e normas de biossegurança, dentre as quais elenca que *“todas as atividades que receberam parecer favorável foram realizadas em regime de contenção.”*

Ora, tais argumentos e, mesmo o ato em si, não resistem a uma simples análise crítica. Primeiro, porque nem todas as autorizações foram para atividades em “regime de contenção”: muitas o foram para liberação planejada no meio ambiente.

Segundo, porque não se encontra, na legislação, nada que autorize a CTNBio a consentir com a implantação de unidades demonstrativas ou a promover o *desenvolvimento científico, a pesquisa e a capacitação tecnológicas*. O grande mestre Hely Lopes Meirelles, em sua obra “Direito Administrativo Brasileiro” diz, sabiamente: *“Na Administração Pública, não há liberdade nem vontade pessoal. Enquanto na administração particular é lícito fazer tudo que a lei não proíbe, na Administração Pública só é permitido fazer o que a lei autoriza. A lei, para o*

particular, significa ‘pode fazer assim’; para o administrador público significa ‘deve fazer assim’.

É certo que leis brasileiras promovem e incentivam o desenvolvimento científico, mas atribuem tal missão a outros órgãos da administração pública. Cai, aqui, a CTNBio num duplo engano: jurídico, na medida em que não se encontra respaldo legal para suas decisões; e político, na medida em que sua atribuição não é, positivamente, a de promover a biotecnologia, senão de ser a guardiã da sociedade no campo da biossegurança. Lamentavelmente, por um longo tempo de sua existência, essa inversão de seu precípuo papel, do mandato que a sociedade lhe outorgou, foi uma marca da atuação da CTNBio.

Para além das questões jurídicas assinaladas há uma questão técnico-política. Recorro, novamente, a Estudo de 1999, da Consultoria Legislativa, que assim discorre sobre esta questão:

“Na concepção clássica da Extensão Rural, ‘Lavoura Demonstrativa’ é uma metodologia de difusão de tecnologia, utilizada para difundir conhecimentos acerca de novas técnicas (em especial novas culturas ou variedades) junto às comunidades de agricultores. Foi muito utilizada, no Brasil, na década de 70, para demonstrar as vantagens do uso de fertilizantes químicos (em projeto apoiado pela FAO e pela ANDA) e para a introdução e difusão do milho híbrido, nos EUA e, posteriormente, no Brasil. É uma metodologia de difusão, utilizada, somente, quando a técnica em questão está aprovada pela pesquisa e comprovada como útil, válida e passível de ser utilizada pelos agricultores.

.....

Até mesmo porque não está entre as atribuições explícitas da CTNBio a concessão de autorização para “Lavouras Demonstrativas”, já que suas atribuições iriam apenas até à apreciação quanto à conveniência ou não da liberação comercial dos eventos transgênicos submetidos a testes, além de todas as normatizações relativas ao tema, enquanto em fase de pesquisa.

Caberia perguntar-se: seriam essas “Lavouras Demonstrativas”, em verdade, campos de multiplicação de sementes, uma forma de as empresas agilizarem a formação de seus estoques, para venda futura, após a liberação comercial das cultivares?”

Ora, é absolutamente verdadeiro isto. De um lado, seria de esperar de um órgão normatizador como é a CTNBio, a emissão de autorizações de ensaios e pesquisas que as instituições científicas e as empresas de pesquisa desejassem levar a efeito. Isso deveria ser feito sob a ótica da biossegurança, volto a dizer, função precípua da Comissão, para que a sociedade esteja segura de que as pesquisas em andamento sejam conduzidas segundo normas que protejam o meio ambiente e, quando for o caso, a saúde da população.

O cenário desenhado pela legislação de biossegurança brasileira estabelece que, em outro momento, a CTNBio, com base nos estudos e

pesquisas realizados, estabeleceria, então, a segurança dos produtos e, somente assim, concederia parecer favorável para comércio ou plantio (ou criação, futuramente). Aí, nesse momento, uma vez liberada (e cumpridas as demais disposições legais, referentes ao licenciamento e ao registro nos Ministérios fiscalizadores), uma cultivar poderia ser plantada comercialmente e, então, seria a hora de se implantar lavouras demonstrativas e outras metodologias de difusão da tecnologia.

Qualquer lavoura demonstrativa implantada antes do registro no Ministério da Agricultura e, principalmente, antes do parecer conclusivo da CTNBio pela liberação comercial, constitui-se em evidente quebra da cronologia lógica do processo e uma completa inversão dos fatos e das decisões, com evidentes prejuízos para a adequada ética de obediência às leis. Colocou-se, na sábia linguagem popular, “a carreta na frente dos bois”.

Como poderia, em abril de 1998, a CTNBio autorizar uma demonstração de soja transgênica, no *Agrishow* de 1998 (Comunicado nº 34, de 26/3/1998), se ainda não havia liberado a soja RR para plantio comercial? E de milho, na mesma exposição, (Comunicado nº 38, de 29/4/1998)? Se podemos ser acusados de estar exagerando, já que essa última demonstração era em plantios em vasos, o que dizer das 172 lavouras demonstrativas de milho, autorizadas em 1998 e 1999 (Comunicados nº 50, de 28/8/1998; nº 60, de 6/9/1998; nº 64, de 02/12/1998; nº 71, de 30/12/1998; nº 75, de 09/02/1999; nº 71) se, até hoje, a mesma CTNBio não chegou à conclusão se o milho transgênico pode ou não ser liberado no meio ambiente brasileiro, se ele será ou não uma nova cultivar das lavouras do Brasil?

Positivamente, tangencia a irresponsabilidade, a leviandade, tal procedimento. Uma Comissão que tem a confiança da Sociedade, que a institui como guardiã da biossegurança, a quem confia o papel de zelar por sua segurança, cede à sedução das empresas de biotecnologia e permite-lhes fazer demonstração de uma tecnologia não autorizada e ainda pendente de avaliações e estudos que permitam concluir por sua liberação ou não.

Só faz sentido uma CTNBio que assuma o papel de juíza, que julgue em função dos aspectos técnicos conclusivos. A Sociedade delegou-lhe a função de juíza da biossegurança, não de promotora da biotecnologia.

Devemos registrar, entretanto, que a nosso ver, tal deplorável procedimento foi abandonado. A crer-se nas informações da CTNBio — e não vemos motivos para não o fazer, neste momento — desde fevereiro de 1999 não são mais autorizadas lavouras demonstrativas.

4 — O tamanho das áreas dos ensaios e experimentos autorizados

Os fatos: Desde sua criação, a CTNBio autorizou centenas de ensaios de campo (liberação planejada no meio ambiente) de cultivares de plantas geneticamente modificadas. A análise destas autorizações indica que não há um padrão estabelecido de tamanho das áreas dos ensaios. Não existem, também, normas da Comissão ou do Ministério da Agricultura, que determinem os parâmetros que balizariam as autorizações.

As denúncias: à falta de normas apropriadas, a CTNBio teria autorizado áreas muito grandes, que seriam destinadas não à obtenção de dados científicos mas, sim, à multiplicação de sementes.

Análise da documentação e das informações obtidas: procedem as apreensões dos denunciante. A CTNBio não estabeleceu Instrução Normativa para definir os parâmetros das áreas. Definiu este aspecto caso a caso. No entanto, é de se registrar que, para os objetivos a que se propõem as pesquisas, por sua natureza e finalidades, as áreas jamais deveriam ter grandes dimensões. Diz o bom senso, sustentado em qualquer análise técnica séria e responsável, que as áreas de ensaios podem apresentar dimensões relativamente reduzidas. Obviamente, não se quer, aqui, estabelecer os parâmetros das áreas, nem fazer pré-julgamentos de que tal ou qual ensaio deveria ser de 0,3 ha ou de 1 ha, aliás, faixa onde estão, talvez, a maioria dos ensaios autorizados. Foge, entretanto, à mínima racionalidade científica a realização de ensaios (pontuamos, da natureza e dos objetivos propostos nesta fase da tecnologia, no Brasil) com área de 58 ha e mais, como ocorrido.

Este foi, também, um dos mais graves erros da CTNBio. Por informações obtidas junto à Comissão, as maiores áreas autorizadas foram as seguintes:

Quadro 3 — ENSAIOS COM ÁREAS SUPERIORES A 15 ha, AUTORIZADOS PELA CTNBio.

Tamanho da área (ha)	Nº do Comunicado da CTNBio	Nº do Processo	Produto	Empresa	Data
110	43	01200.000674/98-99	Soja	Monsanto	Jul/98
60	138	01200.002204/2000-08	Milho	Monsanto	Abr/01

58	19	01200.003123/97-51	Soja	Monsanto	Set/97
----	----	--------------------	------	----------	--------

Além desses, contaram-se vários ensaios no intervalo de 5 a 15 ha (vide Comunicados nº 75, de 09/02/99; nº 77, de 18/3/99 e 135, de 21/02/2001, por exemplo). Vale registrar que todos os ensaios autorizados pela CTNBio em grandes áreas, o são para um mesmo grupo econômico: Monsanto. As áreas experimentais autorizadas para as demais empresas e para as instituições públicas são significativamente menores, todas dentro de padrões aceitáveis pelo bom senso e, salvo melhor juízo, pela prática científica.

Voltamos a registrar: não encontramos razões científicas que amparem a necessidade de áreas de tal dimensão para a condução de ensaios experimentais. Não se afasta a possibilidade de que referidos ensaios fizessem parte da estratégia da empresa de implantar campos de multiplicação de sementes “disfarçados” de ensaios. Estariam, assim, atendendo à necessidade de obter rapidamente um estoque de sementes suficiente para alavancar os plantios comerciais, após a liberação oficial da cultivar. Mas podem estar, também, na raiz da disseminação de sementes transgênicas nas lavouras clandestinas nos campos brasileiros. E terão sido implantados com o beneplácito — ou conivência — da CTNBio que ainda avaliava, à época, a conveniência de liberar ou não a soja transgênica no Brasil e ainda não assegurou a biossegurança do milho.

Trata-se, evidentemente, de atropelo à lei e às boas normas administrativas.

Vale a pena, ainda, ressaltar um aspecto pontual: trata-se da autorização que a CTNBio concedeu à Monsanto para o plantio de 110 ha de soja transgênica (Comunicado nº 43, de 30/6/1998). Está explícito, no ato oficial, que se tratava de um campo com objetivo de “produção de sementes de cultivares e linhagens de soja Roundup Ready” e que “os procedimentos e cuidados a serem utilizados para produção de sementes de soja Roundup Ready serão os mesmos adotados para produção de sementes de soja não-transgênica” e que “as sementes.... sendo posteriormente destinadas às áreas de produção” (grifos nossos).

Ora, em junho de 1998, data do Comunicado, a soja RR não era uma cultivar liberada pela CTNBio, ou seja, não estavam atendidos, ainda, os requisitos básicos de biossegurança. Como se pode admitir que, naquele momento, se estivesse a produzir sementes da mesma cultivar? Já era “carta marcada”, em junho, que a soja seria liberada (como o foi, em outubro)? Numa análise séria e

responsável não seria de esperar que a rejeição à liberação da soja seria uma decisão considerada, uma opção válida, a ser tomada se os estudos e as análises, que ainda estavam sendo realizados pela própria Comissão, indicassem tal conveniência?

Queremos apontar, neste caso, que a CTNBio não tinha o direito de autorizar a produção de sementes de soja RR para serem, posteriormente, *“destinadas às áreas de produção”*. Há um evidente entrelaçamento entre os interesses comerciais da empresa (que, obviamente, pretendia ganhar um ano, nas operações comerciais de venda de sementes e de seu herbicida associado) e a decisão da CTNBio, que não foi nem destinada a aperfeiçoar os conhecimentos científicos necessários às suas decisões, nem autorizava a liberação comercial da cultivar, ainda em estudo pela Comissão. Parece, que aqui, mais uma vez, esta incapacidade de a CTNBio separar seu papel de juíza científica, guardiã do bem-estar da Sociedade, dos interesses comerciais em jogo, fizeram com que a “carreta estivesse, mais uma vez, adiante dos bois”. Ainda mais, ao se considerar o alto potencial de multiplicação das sementes produzidas. Grosso modo, esses 110 ha autorizados terão produzido algo como 200 toneladas de sementes.

Embora a CTNBio haja liberado a soja RR (em outubro de 1998), uma decisão da Justiça impede o plantio comercial. A autorização da Comissão para que a empresa produzisse sementes antes da liberação comercial, permitiu que houvesse um estoque de sementes capaz de, se liberado e vazado para agricultores, facilitar a implantação de lavouras clandestinas no País.

Inquirida por este Relator, a CTNBio informou que *“a produção de sementes ...tinha por objetivo a geração de lotes de sementes genéticas de alto grau de pureza que seriam utilizadas em futuros experimentos, além de servir de fonte de renovação de estoque de sementes genéticas...”* Tal explicação está em desacordo com o que fora explicitado no Comunicado nº 43, de 1998, que diz que era *“o objetivo a produção de sementes de cultivares...., sendo, posteriormente, destinadas às áreas de produção.”*

E, mais importante! Seria fundamental identificar o destino destas presumíveis 200 toneladas de sementes. Cremos que cabe total responsabilidade aos órgãos estatais (que autorizaram e, presumivelmente, fiscalizaram o campo) em manter estas sementes longe das mãos dos agricultores e longe das lavouras brasileiras, enquanto não efetivamente liberada a soja RR no Brasil. A CTNBio informa que *“as sementes produzidas no experimento foram beneficiadas e embaladas em sacarias de papelão multifoliado, com a designação (rótulos) apropriada da cultivar e da empresa produtora de sementes.”* Informa,

também, verbalmente, que manifestação informal da empresa dá conta que esse lote de sementes continua depositado em seus armazéns. Tal informação é corroborada, também informalmente, pelo MAPA. É importante pontuar, sempre, que se trata de um lote de sementes produzido em lavoura cuja autorização, a nosso ver, foi irregular, com o beneplácito da CTNBio.

5 — A elevação do Limite Máximo de Resíduos – LMR, de glifosato em soja

Os fatos: Desde 1985 (Portaria nº 10, de 08/3/85), o nível máximo de resíduos de glifosato admitido em grãos de soja era de **0,2 ppm**. Em 24/9/98 (apenas 5 dias antes da liberação da soja RR pela CTNBio), pela Portaria nº 764, da Secretaria de Vigilância Sanitária — SVS (cujas atribuições são, hoje, desempenhadas pela ANVISA), o Ministério da Saúde propôs, em Consulta Pública, elevar este limite para **20 ppm**. Finalmente, em 06/11/98 (Portaria nº 888, publicada no Diário Oficial de 27/11/98) estabeleceu que o LMR seria de **2,0 ppm**, elevando, portanto, em 10 vezes o valor inicial.

Desde os primeiros momentos, emergiu um clamor de contrariedade e surgiram denúncias contra a incrível “coincidência” de o MS propor a elevação em 100 vezes do nível de resíduos de glifosato tolerados em soja, exatamente no momento em que a CTNBio decidia por autorizar o plantio de soja transgênica, cuja viabilidade está vinculada ao uso daquele agrotóxico.

Os documentos/as informações: A análise do processo relativo à autorização, pela SVS, da elevação do LMR tolerável de glifosato em soja, indica a ocorrência de irregularidades. A decisão foi tomada no âmbito de um processo de registro de um herbicida da Cyanamid (Standout, que contém, em sua fórmula, o glifosato), solicitado em outubro de 1997. O registro foi concedido em início de 1998, encerrando-se o processo na SVS, sem que houvesse sido alterado o limite de resíduos tolerados.

Documentos em poder da SVS, cujas cópias foram entregues a este Relator, indicam haver sido “reaberto” o processo, por uma carta da Cyanamid, de 10/6/98, solicitando alterar a monografia do GO1-Glifosate, aparentemente acompanhada por uma ficha técnica enviada pela Monsanto. A argumentação foi a de que, como o herbicida em registro (Standout) seria aplicado, também, em pós-emergência, haveria que elevar o nível de resíduos permitidos (já que por ser aplicado sobre as plantas, haveria um óbvio aumento do nível de

resíduos na matéria verde e nos grãos); que o CODEX Alimentarius da FAO, tem como tolerável o nível de até 20 ppm; e que os resultados experimentais apresentados pela empresa indicavam que o nível de resíduos aferidos eram mínimos, em condições de campo.

Essa carta, todavia, não está protocolada na ANVISA, o que não permite identificar a data efetiva de sua entrada.

Os documentos técnicos apensados a esse novo “processo” (não formalizado como tal) referem-se a estudos de resíduos em dois experimentos realizados pela própria Cyanamid, em Ponta Grossa e em Campo Grande. Importante ressaltar que, aqui, há uma questão técnica a ser aprofundada: um dos testes faz referência explícita ao fato de que a aplicação do herbicida foi feita por “jato dirigido” (em que são pulverizadas as entrelinhas da lavoura, sendo mínimo o contato do herbicida com a planta da soja). Obviamente, sob tais condições, os resíduos observados nos grãos de soja seriam menores. O Anexo IV das Diretrizes e Exigências Referentes à Autorização de Registros, Renovação de Registro e Extensão de Uso de Produtos Agrotóxicos e Afins – nº 1, de 9/11/1991 (Portaria nº 01, de 12/12/1991, da SNVS/MS, ratificada pela Portaria nº 03, de 16/01/1992, do mesmo órgão) estabelece que “2.2 – *Método de aplicação – deverá refletir a recomendação pretendida e deverá ser representativa da aplicação comercial, no tocante à quantidade de ingrediente ativo por unidade de área.*”

Ao que parece, embora a complexidade técnica da matéria, os estudos que embasaram a elevação do LMR não seriam os mais adequados para estabelecer-se, de forma precisa, um novo LMR para a soja.

De estranhar, também, que a SVS haja tomado a decisão embasada unicamente em dois estudos conduzidos pela própria empresa interessada, embora tal não contrarie a praxe e as normas legais.

Também consta da carta da Cyanamid a solicitação de considerar-se um Prazo de Carência (Intervalo de Segurança) de 45 dias. Até então, por ser aplicado somente em pré-emergência, não havia prazo de carência determinado pela vigilância sanitária (Portaria nº 10, de 1985). Os estudos a que essa relatoria teve acesso não referendam o novo prazo. Em ambos, os prazos fazem referência a períodos de carência de 65 e 75 dias. Ainda assim, a Portaria final (nº 888, de 1998) determina o prazo de 45 dias, atendendo à demanda da empresa, aparentemente sem embasamento em estudos.

Finalmente, há que se apontar o fato de que a solicitação da empresa foi de elevação do nível de resíduos para 20 ppm, que a Consulta Pública

da SVS propunha o nível máximo em 20 ppm e que a Portaria nº 888 estabeleceu em 2,0 ppm, sem que houvesse qualquer estudo que sustentasse a definição neste nível. Como dito, os estudos não indicam que o nível necessário (e ideal) fosse de 2,0 ppm, restando clara a possibilidade de que a decisão por este nível haja sido política.

De estranhar, também, que a Consulta Pública (publicada no Diário Oficial de 28/10/98) estabeleceria prazo de 30 dias para o recebimento de sugestões da sociedade. Todavia, a Portaria que estabeleceu, em definitivo, o LMR, não obstante haja sido publicada em 27/11/98 (trinta dias após, portanto), é datada e, portanto, foi assinada pelo titular da SVS, em 06/11/98, apenas 9 dias após a colocação do tema em consulta pública. Afigura-se, aqui, mais um ato “urgente”, açodado, que atropela os prazos estabelecidos, provavelmente como decorrência das pressões a que eram submetidos os órgãos públicos envolvidos na regulamentação do assunto.

O cenário possível de traçar, pela análise dos fatos é de que, com a proximidade da liberação da soja RR pela CTNBio (que ocorreu em outubro de 1998), poderia ter havido acordo entre as empresas Cyanamid e Monsanto, para que aquela incluísse em seu processo de registro do Standout a elevação do nível de resíduos de glifosato permitido em soja, como forma de prevenir a óbvia elevação deste nível nos grãos que passariam a ser produzidos a partir da iminente liberação da soja RR. Assim, parece claro que a elevação do LMR pegou “carona” num processo de registro de um herbicida para o qual não era essencial esta elevação. E parece claro ter havido influência das empresas, para obtenção célere desta elevação, obtendo-a sem a formalização de processo e na ausência de estudos adequados.

A Secretaria de Vigilância Sanitária do Ministério da Saúde, neste caso, cometeu irregularidades e incorreu em falhas: concedeu a elevação do LMR sem formalizar o processo e, principalmente, sem a existência de estudos que sustentassem, cientificamente, o novo LMR permitido e o novo Prazo de Carência estabelecido.

6 — Os plantios comerciais ilegais

Os fatos: Desde alguns anos, comenta-se e divulga-se na imprensa, que há plantios de soja transgênica no Brasil, em especial no Rio Grande do Sul, oriundos de contrabando de sementes da Argentina, onde o plantio é liberado. Várias versões dos fatos têm sido apresentadas, com variados números. Todas elas, sustentadas

no alto interesse demonstrado pelo agricultor em produzir uma soja em terreno limpo, com menor custo e com menos trabalho de limpeza e no entendimento de que se é liberado na Argentina não há porque não se produzir aqui.

Artigo do Sr. Iwao Miyamoto, ex-Presidente da ABRASEM, Presidente da Associação Paranaense de Sementes e Mudas (Apasem) e diretor da Fundação Meridional de Apoio à Pesquisa Agropecuária (GM 02/8/2001) informa que *“apesar disso há registros de cultivo de soja transgênica no Brasil, especialmente no Rio Grande do Sul. São sementes contrabandeadas da Argentina e que já estão sendo cultivadas em Santa Catarina, Paraná, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Minas Gerais e Goiás. Registra, também que “estima-se, inclusive, que 60% do próximo plantio de soja no Rio Grande do Sul esteja irregular, com variedades modificadas geneticamente.”*

Em palestra na Comissão Especial dos Transgênicos, na Câmara dos Deputados, em 4/9/2001, o Sr. João Henrique Hummel, informou que, em levantamento feito *“na beirada das estradas, de tantos em tantos quilômetros..”,* constatou-se que *“em torno de 39% das lavouras já eram cultivares de plantios transgênicos.”*

E mais. Que *“A Região Centro-Oeste está indo para o mesmo caminho. Neste ano, calculamos que existe oferta de semente transgênica para se plantar em torno de 100 mil hectares na Região Centro-Oeste. Isso significa que, no ano que vem, teríamos condições de plantar de 1,5 a 2 milhões de hectares e, dentro de três anos, 60% dessa área vai estar com transgênico.”*

Em declarações atribuídas a João Lenine Bonifácio e Souza, presidente da ABRASEM, o jornal Gazeta Mercantil (1/8/2001) informa que *“cerca de dois terços da área plantada no Rio Grande do Sul na próxima safra não serão mais cultivados com sementes certificadas e fiscalizadas. De acordo com o executivo, os agricultores preferem plantar soja geneticamente modificada produzida ilegalmente no Brasil. A expectativa da entidade para esta safra é de 2 milhões de hectares de soja transgênica cultivada ilegalmente no Rio Grande do Sul, 300 mil hectares no Paraná e 200 mil hectares no Centro-Oeste.”*

A razão para tal hipótese baseia-se nas estatísticas de produção e comércio de sementes fiscalizadas: teria havido uma substancial redução (70%, no RS) na comercialização de sementes certificadas e fiscalizadas, a despeito de a área de plantio de soja haver sido mantida ou apresentado, até, pequeno aumento. Este espaço estaria sendo ocupado pelas sementes transgênicas, num comércio clandestino e ilegal.

Em depoimento à Comissão Especial de Transgênicos, na Câmara dos Deputados, o Sr. Rodrigo Almeida, diretor de Assuntos Corporativos da Monsanto, a uma pergunta sobre os plantios clandestinos, respondeu *“Não temos como responder. Porém a ABRASEM, há pouco tempo, divulgou na imprensa que as áreas de plantio ilegal com soja geneticamente modificada são de, aproximadamente, um milhão e duzentos mil hectares.”*

Embora liberada para plantio comercial pela CTNBio (Comunicado nº 54, de 29/9/98) a soja RR não pode ser plantada no Brasil, em decorrência de sentença judicial (6ª Vara da Justiça Federal de Brasília).

As informações obtidas/análise: Em todas as entrevistas feitas, em especial por ocasião de nossa viagem ao Rio Grande do Sul, foi possível coletar algumas importantes informações sobre a existência de plantios ilegais. Lamentavelmente a situação parece análoga à do “jogo do bicho”: todo mundo sabe que existe, muitos jogam, mas ninguém revela onde e quem o faz.

Identifica-se que há um evidente interesse dos setores interessados na liberação dos produtos transgênicos em divulgar e exagerar nos números relativos aos plantios ilegais. Isto faria parte de uma estratégia para apresentar uma situação de “fato consumado”, ou seja, de que não haveria mais razão para não liberar, uma vez que as lavouras já estão tomadas pela soja transgênica.

Tudo indica que a origem de tais plantios (cuja primeira ocorrência remonta a 1997 ou 1998) seja, principalmente, o contrabando de sementes oriundas da Argentina. Há informações, entretanto, de que, nos dias de hoje, grande parte das sementes utilizadas provêm das lavouras já conduzidas em território nacional.

Há rumores, também, que parte desses plantios decorreria do “vazamento” de sementes produzidas nos experimentos desenvolvidos pelas empresas, em áreas acima do normal (vide item IX – 4 – O tamanho das áreas dos ensaios e experimentos autorizados). A limitação dos poderes de uma PFC não permite buscar-se comprovação de tal fato, mas o total de sementes de soja RR produzidas (oficialmente) nestes experimentos permite pressupor que há razões para o apontamento de tais suspeitas. Cabe ao MAPA fiscalizar e identificar o destino dado às sementes assim produzidas.

Mais recentemente, o setor sementeiro nacional (ABRASEM e suas filiadas) aponta estar sentindo o golpe da concorrência da soja transgênica. Segundo sua versão, há uma sensível redução da venda de sementes

fiscalizadas/certificadas com o conseqüente desaparecimento de empresas produtoras de sementes, em níveis já “alarmantes”. Em nossa perspectiva, o setor está colhendo o problema que ajudou, em parte, a criar, pelo incentivo subliminar ao plantio de transgênicos no País.

Ademais, é importante pontuar que a existência de plantios ilegais de soja RR traz, também, a preocupação dos cientistas com efeitos deletérios sobre a lavoura de soja brasileira: a possível introdução de doenças existentes na Argentina e que poderão afetar as cultivares nacionais e a degeneração genética da soja nacional, que atingira padrão qualitativo relevante mas que, pela entrada de cultivares alienígenas pode sofrer com a mistura de sementes. Tais preocupações foram levantadas por esta relatoria, ao longo do desenvolvimento dos trabalhos e devem ser inseridas no âmbito dos efeitos não totalmente divulgados da política de “aceitação” ou de “resignação” com os plantios ilegais.

Sobre isso, pontua o Sr. Iwao, no já citado artigo: *“Em nenhum dos casos de sementes contrabandeadas, a biotecnologia é adaptada para o Brasil, podendo inclusive trazer para o país doenças já controladas e até erradicadas. As sementes contrabandeadas não têm sanidade assegurada (em relação a doenças e pragas), não garantem a adaptação de cultivar (o que compromete a produtividade) e não oferecem garantias de germinação, vigor e pureza.”*

O avanço do plantio de soja transgênica decorre, a nosso ver, de uma conjugação de fatores: o interesse dos agricultores, seduzidos pelas vantagens econômicas apregoadas; o interesse dos “atravessadores”, contrabandistas e produtores nacionais (ilegais) de sementes transgênicas que, fundados na demanda dos agricultores obcecados pelas vantagens econômicas propagandeadas acerca da soja RR e na falta de fiscalização, viram, nesta quadra da agricultura nacional a possibilidade de ganhar muito dinheiro, ainda que numa atividade ilegal; o possível “vazamento” de sementes dos experimentos conduzidos oficialmente; a clara complacência das instâncias federais de formulação da política (Ministros, direção da CTNBio e outros) que dão sinais inelutáveis de aceitação da situação, de falta de indignação com a ilegalidade cometida e com a perspectiva de que tudo será liberado de imediato; e a visível inoperância do órgão fiscalizador — no caso, o MAPA — cuja política, na instância superior, parece dirigida não ao exercício de sua missão mas, sim, à luta pela liberação imediata — de fato e de direito — da soja RR.

Assim, a leniência do Poder Executivo — não chegaríamos a apontar um conluio entre os principais atores — favorece, em muito, a disseminação dos plantios ilegais, hoje não mais restritos ao Rio Grande do Sul mas,

aparentemente, ocorrentes no Centro-Oeste e no Norte do País. Destaca-se, nesta atitude de “vistas grossas” ao avanço da ilegalidade, a ação omissa, descomprometida e até mesmo irresponsável do Ministério da Agricultura, que não coibiu e não coíbe, adequadamente, o plantio ilegal, seja por permitir que questões político-ideológicas contaminem sua política e sua missão (no caso, a constante disputa com o Governo do Rio Grande do Sul), seja por julgar que “os transgênicos são bons” e, conseqüentemente, devem ser plantados. Nesta última atitude, o MAPA estaria se postando acima da Lei, facilitando o plantio de cultivares não liberadas no Brasil.

Não queremos, por fugir ao escopo deste trabalho, aprofundar, também, os equívocos econômicos, para o País, deste posicionamento do MAPA, favorável à liberação dos transgênicos, frente ao fato de que o Brasil é, ainda, o único país produtor de soja não-transgênica no Mundo, o que lhe dá uma importante vantagem comparativa no comércio internacional. O flagrante interesse dos EUA e da Argentina (concorrentes do Brasil no mercado internacional de soja) para que o Brasil adote os transgênicos, é um forte indicador de que se trata de uma política suicida, um verdadeiro “tiro no pé”, para o Brasil, liberar, agora, os produtos transgênicos, enquanto não se clarificar, no Mundo, o posicionamento dos consumidores — em especial europeus, japoneses e chineses — acerca de sua aceitação. Trata-se de uma evidente política contrária aos maiores interesses nacionais e que pode estar fortemente influenciada pelos mecanismos de *lobby* internacional que atuam em torno do Poder Executivo.

A atuação do MAPA em favor dos produtos transgênicos tanto se dá pela explicitação de sua política favorável à liberação (consubstanciada no registro concedido à soja RR, a despeito dos fatos acima apontados), como pela omissão na fiscalização dos plantios ilegais. A respeito desta, em resposta a este Relator, o MAPA informa que “..o Ministério só atua mediante formalização de denúncia por escrito, com a identificação do denunciante, conforme orientação da Consultoria Jurídica deste Ministério”. A falta de aparelhamento do corpo de fiscais, a falta de uma política explícita voltada a coibir o avanço dos plantios ilegais, o sub-reptício apoio político à transgressão das normas que impedem o plantio de transgênicos no País configuram uma política não explícita (ou, diríamos, quase explícita) de incentivo à difusão dos produtos transgênicos no Brasil. Tivesse o MAPA vontade política e houvesse desempenhado a contento sua missão fiscalizadora, provavelmente a história da difusão de plantios clandestinos no Brasil seria outra. Com certeza estariam, tais lavouras, restritas ao que realmente são: ações à margem da lei, que desmoralizam a democracia e o estado de direito, enquanto tais produtos não forem liberados no Brasil.

7 — A desregulamentação da soja RR

Os fatos: Talvez o aspecto mais polêmico dos últimos anos, no que se relaciona aos OGM, a autorização concedida pela CTNBio para o registro e conseqüente plantio comercial da soja RR (Comunicado nº 54, de 29/9/98), foi marco do debate nacional e esta decisão está, hoje, sobrestada por decisão judicial.

As denúncias: A polêmica instalada durante e após o processo de análise, pela CTNBio, do pedido da Monsanto protocolado em junho de 1998, fez surgir contrariedades e denúncias, dentre as quais se destacavam a falta de estudos nacionais, a inexistência de estudos de impacto ambiental, a falta de transparência do debate, dentre muitas outras.

Análise das informações obtidas: Pelo este fato já haver sido muito estudado, julgamos conveniente evitar uma análise mais detalhada do processo decisório (consubstanciado no Processo nº 01200.002402/98-60) que resultou na chamada “desregulamentação” da soja RR. Focamos nossas atenções em alguns aspectos centrais que, a nosso juízo, mereceriam destaque neste trabalho.

O cenário traçado a partir da leitura do conjunto de informações obtidas, permite-nos indicar que houve inegável açodamento na decisão tomada pela CTNBio, em 1998, para autorizar a liberação da soja RR. Não obstante hajam sido cumpridos os rituais burocráticos exigidos, transparece, de forma clara e insofismável, a pressa em autorizar-se a liberação da nova cultivar. Em 3,5 meses, desde o pleito da empresa, foi publicado o Comunicado que a liberava. E há incontestes sofreguidão nas manifestações das autoridades envolvidas, para a liberação.

É sabido, e há documentos que o comprovam, que havia, no seio da CTNBio, resistências da área ambiental, uma vez que o MMA entendia que havia insuficiência de informações existentes para instruir o possível parecer conclusivo.

Registra-se, também a ausência de estudos brasileiros em quantidade e qualidade suficientes para respaldar a decisão de liberar a soja RR. Os estudos brasileiros referiam-se à eficiência agrônômica e ao manejo das pragas da lavoura. Dois cientistas, responsáveis pela análise ambiental emitiram relevante parecer, junto à CTNBio, onde se confirmam essas assertivas. Destacamos, do citado parecer (pág. 436 e 437 do Processo) as seguintes passagens:

“Sobretudo concordamos com a argumentação da referida consultora no que diz respeito à ausência de informações relevantes relacionadas à interação planta/ambiente nas condições do Brasil. Especialmente, consideramos relevante que sejam fornecidas informações sobre o comportamento e características das cultivares de soja Roundup Ready plantadas no ambiente brasileiro.....

O dossiê apresentado pela proponente contém apenas, e tão somente, informações sobre a soja em questão quando cultivada nos Estados Unidos. As experiências relatadas para o Brasil dizem respeito a testes de comprovação de eficiência das variedades visando o registro do herbicida RoundUp neste país, tratando basicamente, de questões agrônômicas e não àquelas de segurança ambiental. Não abordam, assim, aspectos relevantes para a biossegurança de linhagens transgênicas. Consideramos este nível de informação insuficiente para uma tomada de decisão para o que se pode chamar de desregulamentação deste produto no Brasil” (grifos nossos).

A mesma parecerista votou (a nosso ver, sob pressão) com uma declaração de voto, em que transparece sua preocupação com a liberação da soja RR no Brasil, nas condições de informação então existentes.

Registre-se, ainda, que, ao tomar a decisão de liberar a soja RR, a CTNBio não possuía estudos sobre a compatibilidade da soja transgênica com o processo de fixação biológica de Nitrogênio. Esta, provavelmente, seja uma das mais graves falhas no processo decisório. Esta tecnologia, tão importante nas lavouras brasileiras e tão divulgada pela EMBRAPA como uma das mais importantes da agropecuária nacional, pela grande economia de fertilizante que a caracteriza, deveria haver sensibilizado a Comissão, cuja obrigação era assegurar-se, por estudos adequados, da não interferência da cultivar transgênica no desenvolvimento das bactérias fixadoras de Nitrogênio.

Mas a pressão e, muito provavelmente, as pressões sobre a Comissão eram grandes. Até mesmo a EMBRAPA, mediante carta de seu Presidente (C.Pr. nº 233/1998, de 19/6/98 – Anexo V), pressionou a CTNBio para liberar a soja RR, da Monsanto. Num momento em que eram absolutamente escassos estudos na Empresa, sobre o comportamento da soja RR no Brasil (a carta faz referência a “..os primeiros resultados experimentais parecem bastante promissores...”), e que não havia estudos ambientais (a carta informa que “...de acordo com os dados da literatura internacional e de acordo com os dados fornecidos pela Monsanto...e considerando que a Monsanto já cumpriu com as exigências da CTNBio quanto à avaliação do impacto ambiental...” o que não era

realidade) a EMBRAPA apresentou “...o apoio ao uso desta tecnologia e ao pedido de desregulamentação...”. Referida carta foi, a pedido, substituída, no processo, por outra mais “amena”, na qual “a EMBRAPA aguarda com interesse a análise que será realizada pela CTNBio com relação ao pleito feito pela Monsanto” (C.Pr. nº 290/1998, de 6/8/98 - Anexo VI).

A falta de estudos de impacto ambiental provavelmente deverá ter sido o maior pecado na liberação da soja RR. Faz sentido e tem lógica científica a teoria do baixo ou inexistente risco ambiental da cultivar. Entretanto, tal afirmação somente pode ser feita após a realização de estudos no Brasil. Assim, cremos que seria fundamental que, ato posterior à autorização pela CTNBio, o órgão ambiental brasileiro procedesse aos estudos voltados ao licenciamento da soja RR.

8 — A não regulamentação das multas

O art. 12 da Lei 8.974, de 1995, estabelece:

“Art. 12. Fica a CTNBio autorizada a definir valores de multas a partir de 16.110,80 UFIR, a serem aplicadas pelos órgãos de fiscalização referidos no art. 7º, proporcionalmente ao dano direto ou indireto, nas seguintes infrações:

I - não obedecer às normas e aos padrões de biossegurança vigentes;

.....

III - liberar no meio ambiente qualquer OGM sem aguardar sua prévia aprovação, mediante publicação no Diário Oficial da União;

.....

Estão elencadas, no total, 9 infrações, neste artigo. No entanto, estes dispositivos estão como letra morta. A aplicação de multas depende de regulamentação pela CTNBio. Respondendo a questionamento apresentado por este Relator, acerca deste fato, o Ministério da Agricultura (Nota Técnica AS/Bio 12/01, encaminhada pelo Aviso nº 013, de 17/1/2002) informa (grifo nosso):

“3. O Grupo de Trabalho constituído em nível do MCT/CTNBio ainda não concluiu o seu trabalho referente à regulamentação do art. 12, da Lei 8.974/95.

4. Face à situação retratada no item anterior, não foi aplicada nenhuma penalidade aos Autos de Infração emitidos pelos fiscais deste Ministério”

Decorridos exatos 7 anos da promulgação da Lei, até hoje a CTNBio não editou a regulamentação do art. 12, restando, na prática, impunes os infratores da legislação de biossegurança. A pressa que a Comissão demonstrou em tomar outras decisões, não esteve presente no que diz respeito a permitir a punição

dos infratores da legislação, que eram, naquela fase, as empresas que desenvolviam pesquisas com OGM.

Trata-se, neste caso, de clara omissão do órgão, do que resulta prejuízo aos cofres públicos (pelo não recolhimento das multas) e, principalmente, impunidade dos transgressores e desmoralização da fiscalização de biossegurança.

Registre-se que, nas diligências feitas e nas respostas obtidas, tanto na CTNBio como no MAPA, evidenciou-se que está em andamento um processo de elaboração da regulamentação do art. 12, do que se espera seja dada solução a esta anômala situação.

9 — A cassação dos Certificados de Qualidade em Biossegurança – CQB's da Monsanto

Os fatos: Em 21/12/2000, mediante o Comunicado nº 131, publicado no DOU de 22/12/2000, a CTNBio cancelou a extensão do CQB concedido à Monsanto do Brasil Ltda., para a realização de ensaios em Rondonópolis-MT, invocando haver infringido “o art. 11 combinado com o inciso I do art. 12, da Lei nº 8.974.”

Em 30/6/2000, mediante o Comunicado nº 114, a CTNBio também cassara o CQB da empresa Sementes Monsanto Ltda., tendo em vista a empresa haver “*incorrido no estabelecido no art. 11, por descumprimento do art. 10, V, in fine, combinado com incisos III, V e VII do art. 12, todos da Lei 8.974, de 1995*”.

As denúncias: Haveria várias irregularidades nos processos

As informações obtidas e conclusões: A leitura e análise do Processo nº 01200.003966/96-49 (relativo a Rondonópolis) indica não haver falha na atuação dos órgãos públicos envolvidos, quanto aos procedimentos que levaram à cassação do CQB.

A autorização para a implantação dos ensaios está contida no Comunicado nº 95, de 21/11/99, publicado no DOU de 22/11/99. Aqui, encontrou-se a única falha, no caso, da CTNBio: o Comunicado prevê que, após a colheita do material, haja a gradeação da área e seu monitoramento. Não previa o descarte das sementes, informando de forma genérica (provavelmente com base nas informações

da empresa) que as sementes seriam “*utilizadas em análises*”, o que nos parece algo muito pouco consistente.

Como a produção superou a expectativa, a empresa consultou sobre o descarte a ser feito, originando todo um processo que resultou na cassação do CQB, em decorrência de o material haver sido, inicialmente, enterrado. A empresa apresentou suas justificativas, não evitando a punição imposta pela CTNBio. No decorrer do processo, resumidamente, ocorreram os seguintes fatos:

- a) 10/8/2000 - O MAPA identifica o problema na estação e emite o Termo de Fiscalização 12/9. Consulta a CTNBio.
- b) 5/9/2000 – Of. 116/2000, da CTNBio ao MAPA, sugere a autuação da empresa.
- c) 8/9/2000 – O IBAMA é comunicado
- d) 11/9/2000 – É realizada uma vistoria conjunta (MAPA/Brasília, CTNBio, MAPA/MT e IBAMA).
- e) 12/9/2000 – O MAPA autua a Monsanto (Auto nº 005/2000, SSV/DF/MT).
- f) 21 a 26/9/2000 – os restos de cultura e a produção de algodão são desenterrados e queimados em forno de olaria, segundo determinação da CTNBio e sob supervisão do MAPA.
- g) 21/12/2000 – CTNBio cancela a extensão do CQB em Rondonópolis. Desde o primeiro momento, a CTNBio determinara que não analisaria qualquer pedido da empresa, para qualquer local do País, enquanto não houvesse conclusão do processo.

Da mesma forma, a leitura dos documentos relativos à cassação do CQB da empresa Sementes Monsanto Ltda. (com estações experimentais em Campinas-SP, Toledo-PR, Sta. Rosa-RS e Santa Helena de Goiás-GO, além do Laboratório de Análise de Sementes de Andará-PR) indica haverem sido cumpridos as principais atribuições dos órgãos fiscalizadores. Tudo indica que, neste caso, ocorreu uma conjunção de fatos que, somados, levaram, inevitavelmente, à decisão tomada.

Iniciada por uma ação de fiscalização da SVF/SSV/DFA-RS, em novembro de 1999 (executada pelo Eng.Agr. José de Ribamar Costa Júnior – Of SVF/SSV/DDA/RS nº 54/99 - Anexo VII) em que se identificaram várias e diversas irregularidades, inclusive a impossibilidade de se localizarem os experimentos com OGM e, após, por inspeções pela própria CTNBio, o processo culminou com falhas gritantes da empresa no encaminhamento de relatórios.

A análise da documentação e a troca de correspondências entre a CTNBio e a empresa demonstraram total despreparo e falta de controle desta, para a realização de pesquisas com um mínimo de biossegurança. Tal situação foi atribuída, pela empresa, ao fato de que era, ela, oriunda da Divisão de Sementes da Cargill, adquirida pela Monsanto e estava em fase de reestruturação empresarial e troca de equipes. Conquanto fosse válida a argumentação, houve por bem a CTNBio, em face da gravidade das infrações repetidamente cometidas, por unanimidade de seus membros, cassar o CQB nº 0027/97, da Sementes Monsanto Ltda. e determinar a paralisação de suas atividades com pesquisas em OGM e a imediata destruição dos campos experimentais.

Nossa análise desse episódio é que, tanto a CTNBio como o MAPA agiram em defesa da biossegurança e tomaram as providências que lhes cabiam. Fica, no entanto, uma lição, que pode ser facilmente depreendida do já citado Of. 54/99 e no Memo SVF/SSV/RS 101/99, de 3/11/99, do mesmo fiscal para seu chefe (Anexo VIII): a liberação de um grande número de ensaios em campo, sem uma adequada preparação e planejamento de fiscalização enseja distorções e problemas que podem representar grave risco à sociedade.

Afora esta observação, parece claro que o Poder Público agiu, nestes casos, de acordo com os mandamentos adequados à segurança da Sociedade. O MAPA (aparentemente em fiscalização de rotina, não motivada por denúncia) identificou o problema, buscou soluções e fez a fiscalização e a autuação cabíveis. A CTNBio exerceu seu papel normatizador e supervisor das questões de biossegurança, recomendou a autuação e puniu as empresas nos limites da infração cometida.

Entretanto, não foi aplicada multa à Monsanto do Brasil, pelo MAPA, em virtude de falta de normatização pela CTNBio (vide Item IX – 8 – A não regulamentação das multas).

10 — As políticas de fiscalização do MAPA, da ANVISA e do MMA

Conforme já exaustivamente apontado neste Relatório, cabe aos Ministérios, na forma das disposições da Lei de Biossegurança, a fiscalização, o licenciamento, o registro e todas as demais atribuições governamentais ulteriores à liberação, pela CTNBio de um produto transgênico. Buscamos, na análise de documentos e inquirições feitas identificar o “estado da arte” do processo fiscalizatório dos três principais Ministérios envolvidos na questão. Não nos move,

pela falta de tempo, a intenção de avaliar a política pública no que concerne à fiscalização mas, tão somente, apontar alguns aspectos centrais da atividade.

De um modo geral, cremos ser comum aos três órgãos (e a suas unidades vinculadas) um aspecto: a falta de “massa crítica”, a deficiente formação de recursos humanos, a falta de “passado” ou casos que conformam a cultura das organizações e lhes dão a condição de acúmulo de conhecimentos técnicos capaz de melhor desempenhar suas atribuições. Tudo isso decorre, em grande medida da complexidade técnica do tema e de sua óbvia “novidade”. A nosso entender, seria de esperar que os Ministérios não possuíssem tal condição, num assunto novo e de tão pouca experiência no Brasil e, mesmo, no Mundo.

Ademais, cremos que os Ministérios padecem, como de resto, todo o Serviço Público brasileiro, de falta de recursos financeiros e de pessoal em quantidade capaz de enfrentar esses novos desafios. E que recebem, como também de resto, todos os órgãos do Poder Executivo, pressões e contrapressões, oriundas de empresas que transitam com facilidade nos corredores ministeriais e palacianos, de parlamentares, de movimentos da sociedade civil organizada e da imprensa. Enquanto tais pressões fazem parte do jogo democrático e da forma natural de se expressarem as forças da Sociedade, cremos desejável e salutar. Não o são, todavia, aquelas que objetivam tirar vantagens econômicas de forma sub-reptícia, parcial ou de forma escusa e à surdina.

De outro lado, a ação dos Ministérios no campo dos OGM tem refletido, também, a nosso ver, as desavenças internas do Governo e a falta de uma política segura no trato do tema.

Cremos que o Ministério do Meio Ambiente, a despeito dos problemas apontados anteriormente, mantém uma linha coerente com sua posição de insistir em atuar na fiscalização e licenciamento dos OGM, após sua liberação pela CTNBio. Cremos, entretanto, que este Ministério terá, pela frente, enorme desafio, quando, efetivamente, estiverem liberados os produtos transgênicos e o processo de monitorização e de permanente vigilância ambiental vier a ser efetivamente exigido. Temos a convicção de que a repercussão ambiental da introdução dos produtos transgênicos no Brasil será aspecto relevante das políticas públicas do futuro próximo.

O Ministério da Saúde tem sido pouco exigido em sua ação fiscalizatória. Afora as pesquisas relacionadas à aplicação de OGM no campo da Saúde e os casos denunciados de presença de produtos alimentícios com presença de produtos transgênicos, denunciados pelos órgãos de defesa do consumidor, não

chegou, ainda, também, o momento de maior ação regulatória e fiscalizatória do Ministério. Uma análise das propostas da ANVISA, neste campo, indica uma adequada intenção de instrumentar e preparar a Agência para o correto desempenho de suas atividades. Percebemos, entretanto, um certo sentimento de menor preocupação com o tema do que o julgado adequado, aparentemente pela “opinião” de “que os transgênicos não fazem mal”. Queremos dizer que não concordamos com tal procedimento. Se a Lei proíbe a comercialização de produtos transgênicos não autorizados pela CTNBio, caberia ao órgão de fiscalização da saúde (a ANVISA, no caso) organizar-se para o desempenho proativo de sua atribuição, impedindo, por todas as formas, a comercialização destes produtos. Entretanto, a idéia de que isto não é “tão grave” (que perpassa, de forma geral, a maioria dos órgãos do Poder Executivo) faz com que o órgão de fiscalização aja apenas e tão somente nos casos denunciados, quase que como uma satisfação às pressões da Sociedade Civil.

Quanto ao Ministério da Agricultura, é preciso que se diga que é, neste momento, o mais exigido, no que concerne a ações de fiscalização. Isto decorre, obviamente, do fato de que a maior pressão para liberação de OGM tem ocorrido no campo agrícola e que o maior número de experimentos (de forma dispersa, no território nacional) encontra-se neste campo e, ainda, é onde ocorrem maiores problemas de escapes e ações ilegais (como os plantios clandestinos).

Pelo que nos foi dado a observar, o MAPA, atualmente, empenha-se — embora muito tardiamente — em finalizar a elaboração de um “Manual de Procedimentos de Fiscalização de Atividades com OGMs”, que orientará os fiscais do Ministério em sua atividade. Também se empenha, o Ministério, em promover uma articulação com a CTNBio voltada a tornar a liberação de ensaios consentânea com a capacidade de fiscalização. De outra parte, tem tido sua capacidade de fiscalização limitada pela inexistência de critérios de punição, em decorrência da falta de normatização do art. 12 da Lei nº 8.974 (vide Item IX – 8). E, conforme informou a essa Comissão já devolveu uma carga de milho pipoca importado, por haver detectado presença de milho OGM na mesma.

Todavia, é importante registrar que, no que se refere aos plantios ilegais, julgamos que o MAPA tem sido omissos e tem atuado de forma absolutamente deficiente para coibir ou diminuir a magnitude do problema (vide Item IX – 6). Tem atuado apenas mediante denúncia, não tendo estabelecido um programa de fiscalização centrado na vontade política de coibir os plantios ilegais.

A nosso ver, tanto a demora em estabelecer normas de fiscalização como o fato de o MAPA “deixar correr” os plantios ilegais, atuando de

forma não proativa, decorrem da falta de vontade política em, efetivamente coibir a disseminação de transgênicos no País. A manifesta intenção de seu titular, Exmo. Sr. Pratini de Moraes, em ver liberados os transgênicos na agricultura brasileira, colide com as atribuições legais do Ministério de atuar plenamente na fiscalização do campo brasileiro, em defesa da aplicação da lei nas atividades agrícolas, independentemente do lucro que elas possam, eventualmente, representar para os agricultores. Cremos que o respeito às leis e a precaução ambiental devam soar mais alto, na orientação da ação ministerial.

Finalmente, cremos indispensável fazer rápida observação acerca de um aspecto da política da CTNBio, a qual não se insere nas atividades de fiscalização objetos deste capítulo: cremos desejável que a CTNBio tornasse sua ação mais aberta à sociedade brasileira, desfazendo mitos e versões várias, que decorrem, em muitos casos, do processo “fechado”, não transparente que marcou sua atuação. Sabemos que um colegiado de cientistas não pode se transformar em Assembléia Popular mas, também, não deve se caracterizar por um ambiente de deuses, superiores aos reclamos da Sociedade Civil. O autoritarismo que caracterizou a CTNBio, em especial sua presidência, até o ano de 2001, não contribuiu, efetivamente, para fazer fluir uma política de biossegurança de alto interesse para toda a Sociedade brasileira.

11 — A falta de uma Política Nacional de Biossegurança

O art. 2º do Decreto nº 1.752, de 1995, estabelece em seu inciso I que compete à CTNBio propor a Política Nacional de Biossegurança. Decorridos 7 anos de instalação da Comissão, não se tem notícia da existência de proposta nesse sentido, exceto pela referência feita, em sua exposição nesta CDCMAM, pelo Dr. Éspér Cavalheiro, presidente da CTNBio que disse ser o estabelecimento desta política a primeira decisão tomada, ao assumir o cargo. Julgamos que, se houvesse uma Política definida, estabelecida em conjunto com os vários segmentos sociais envolvidos com o tema, muitas das ações realizadas, do que têm resultado acirradas polêmicas, seria tratadas em um ambiente de maior segurança e com maior serenidade política.

Creemos que, antes de lançar-se a, de forma açodada, aprovar liberações comerciais, deveria a Comissão haver se debruçado sobre a elaboração de tal Política, que balizaria os atos e decisões posteriores.

X – ALGUMAS SUGESTÕES

Antes de concluir, nos permitiríamos submeter à consideração desta CDCMAM e aos destinatários finais do Relatório, de forma resumida, algumas sugestões voltadas ao aprimoramento da política relativa aos Organismos Geneticamente Modificados.

- 1) Formulação e implantação da Política Nacional de Biossegurança prevista no art. 2º - I, do Decreto nº 1.752, de 1995.
- 2) Edição de decreto presidencial regulamentador das atividades de fiscalização e outras, dos Ministérios envolvidos em atividades com OGM, até mesmo para atualização das normas, face à edição da MP nº 2.191-9, de 23/8/2001.
- 3) Alterações nos critérios de escolha dos integrantes da CTNBio e providências para maior transparência de sua atuação, de forma a torná-la mais próxima da Sociedade Civil.
- 4) Imediata regulamentação relativa ao RET, para emissão de ATEC para culturas de caráter inseticida, com vista a permitir a retomada plena das atividades de pesquisa e experimentação.
- 5) Incentivo e apoio governamental à pesquisa e experimentação em OGM, com vista a dotar o Brasil de tecnologia consentânea com o avanço mundial neste campo. Para tal, seria conveniente implantar-se um Programa Nacional de Biotecnologia, com ramificações estaduais e que envolvesse as Universidades e o setor privado.
- 6) Imediata regulamentação do art. 12 da Lei nº 8.974, de 1995, concernente às multas a serem aplicadas a seus infratores.
- 7) Imediata regulamentação das atividades de fiscalização no âmbito dos Ministérios, em especial do Ministério da Agricultura.
- 8) Implantação de uma política de controle e repressão ao contrabando de sementes e ao uso ilegal de sementes de cultivares transgênicas.
- 9) Exigência, pela ANVISA, de novos estudos científicos, para determinar o LMR e Prazo de Carência de glifosato em soja, levando em conta as formas de aplicação autorizadas no País.
- 10) Utilização de maior rigor no estabelecimento dos procedimentos de registro de novos produtos (cultivares, agrotóxicos, etc) exigindo-se maior número de estudos, em território nacional e em laboratórios e instituições de pesquisa independentes.
- 11) Manutenção da exigência de que o licenciamento ambiental seja uma prerrogativa do órgão ambiental e não da CTNBio.
- 12) Implantação imediata, pela CTNBio e pelo MAPA, de norma reguladora do tamanho das áreas de ensaios e experimentos.
- 13) Que a CTNBio abstenha-se de autorizar a implantação de Unidades Demonstrativas de cultivares OGM.
- 14) Que a CTNBio autorize ensaios e experimentos de campo em quantidade (e localização) consentânea com a capacidade de fiscalização do MAPA.

XI – VOTO DO RELATOR

A presente Proposta, aprovada em seu Relatório Prévio por essa CDCMAM, devidamente fundamentada no Regimento Interno e apoiada nos preceitos constitucionais, constitui-se em instrumento de fiscalização dos atos do Poder Executivo, relativamente à liberação de plantas agrícolas transgênicas.

Em face das observações feitas e das análises procedidas, e em conformidade com as disposições do Regimento Interno, voto pelo encaminhamento deste Relatório, após sua aprovação pela CDCMAM:

I — ao Ministério Público Federal, para subsidiar as ações e análises que promove, relativamente à liberação dos Organismos Geneticamente Modificados e, eventualmente, identificar a necessidade de aprofundar as informações, com vistas a promover a responsabilidade civil ou criminal por infrações apuradas;

II — aos Ministérios da Ciência e Tecnologia; da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; da Saúde; e do Meio Ambiente; para as providências pertinentes;

III — à Comissão de Agricultura e Política Rural, para subsidiar o desempenho de suas atribuições de fiscalização no campo da utilização de OGMs na agricultura;

IV – à Comissão Especial de Alimentos Geneticamente Modificados, para subsidiar suas análises e a apreciação dos Projetos de Lei que tratam de OGM, ora tramitando na Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, em de de 2002.

Deputado RONALDO VASCONCELLOS
Relator